

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Mestrado em Integração Latino-Americana**

**O RIO GRANDE DO SUL FRENTE AO MERCOSUL
ASPECTOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ana Rita Moro da Silva

Santa Maria, RS, Brasil

2006

O RIO GRANDE DO SUL FRENTE AO MERCOSUL: ASPECTOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS

por

Ana Rita Moro da Silva

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Integração Latino-
Americana, Área de concentração em História Latino-americana, da
Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, Rio Grande do Sul), como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Integração Latino-Americana

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin

**Santa Maria, RS, Brasil
2006**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Mestrado em Integração Latino-Americana**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**O RIO GRANDE DO SUL FRENTE AO MERCOSUL:
ASPECTOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS**

elaborada por
Ana Rita Moro da Silva

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Integração Latino-Americana

COMISSÃO EXAMINADORA:

Maria Medianeira Padoin, Prof^a. Dr^a.
Orientadora

Adayr da Silva Ilha, Prof. Dr. (UFSM)

Luiz Ernani Bonesso de Araújo, Prof. Dr. (UFSM)

Santa Maria, 06 de setembro de 2006.

*Ao meu marido, amigo de todas as
 horas, Paulo Vilmar, pelo apoio,
 amor e companheirismo!*

*Aos nossos filhos, Carolina,
 Mariana, João Lucas e Francisco;
 o agradecimento pela ajuda
 prestimosa e pela compreensão das
 horas roubadas de nosso convívio,
 com amor!*

*A todos os professores do
Mestrado, em especial ao Professor
Dr. Dayr da Silva Ilha, pelo
apoio.*

*À secretária executiva
Maristela Ribas Smidt pela
colaboração de todas as horas.
Por fim, agradeço ao Mestrado
de Integração Latino Americana,
pela acolhida e convívio.*

*“A República Federativa do Brasil
buscará a integração econômica social
e cultural dos povos da América
Latina, visando à formação de uma
comunidade latino americana de
Nações”.*

(Art. 4º; parágrafo único da Constituição
Brasileira).

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana
Universidade Federal de Santa Maria

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL FRENTE AO MERCOSUL – ASPECTOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS

AUTORA: ANA RITA MORO DA SILVA

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a MARIA MEDIANEIRA PADOIN

DATA E LOCAL DA DEFESA: SANTA MARIA, 06 DE SETEMBRO DE 2006

Os países latino-americanos vivenciam uma nova ordem internacional, caracterizada pela globalização dos mercados e conseqüente homogeneização da sociedade, que requer, de tais países, reformas políticas, econômicas, e novos modelos de políticas externas, visando à inserção neste novo contexto econômico que vai exigir, destes, o desafio de integrar-se regionalmente. Tais fatos tornaram possível lançar as bases do Mercosul. O presente estudo objetiva analisar a participação do estado do Rio Grande do Sul frente ao Mercosul, sob o aspecto histórico e atual, visando verificar se durante o ano de 1995 este soube criar estratégias políticas visando um relacionamento comercial positivo com os países participantes. Para tanto a primeira parte versa sobre as circunstâncias históricas do relacionamento do estado do Rio Grande do Sul com os países platinos e com o Brasil, em determinados períodos. A segunda, sobre as possibilidades econômicas do estado no Mercosul, durante o ano de 1995. O Rio Grande do Sul impõe-se, como região, frente aos países platinos, pela posição geográfica privilegiada, pela existência de experiências históricas e interesses econômicos semelhantes, tornando possível uma verdadeira integração e fazendo com que o estado firme sua presença frente ao Mercosul. O ano de 1995, período de vigor da fase do processo de integração, União Aduaneira, não proporcionou ao estado do Rio Grande do Sul modificações comerciais positivas, devido a mudanças na economia nacional, pelo “Plano Real” e, também, porque as exportações eram baseadas no setor agropecuário, onde os países do Mercosul são mais competitivos.

Palavras-chaves: Mercosul – Integração Econômica – Rio Grande do Sul

Master's Degree Dissertation
Post-Graduation Program in Latin-American Integration
Universidade Federal de Santa Maria

**THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL IN RELATION TO THE
MERCOSUL - ECONOMICAL AND HISTORICAL ASPECTS**

Author: Ana Rita Moro da Silva

Advisor: PROF.^a DR.^a. MARIA MEDIANEIRA PADOIN

ABSTRACT

Latin-American countries live a new international order featured by the markets globalization and the consequent homogenization of the society which requires from such countries politic-economic reforms and new models of foreign policies aiming the insertion within this new economical context and demanding from them the challenge of getting regionally integrated. Such facts have allowed building the bases of the mercosul. The present study has the objective of analyzing the participation of the state of Rio Grande do Sul on mercosul under the historical and current aspect with the objective of verifying if during the year of 1995 this last one was able to create politic strategies aiming at a positive commercial relationship with the participant countries. In that sense, the first part treats on the historical circumstances of the relationship of the state of Rio Grande do Sul with the platine countries and with Brazil in certain periods. The second one treats on the economical possibilities of the state on mercosul during the year of 1995. Rio Grande do Sul impose itself as region in relation to the platine countries due to the privileged geographic position, for the existence of similar historical experiences and economic interests making possible a real integration and allowing the state to firm its presence in relation to the mercosul. The year of 1995, period of effect of the stage of the integration process, Customs Union, have not provided positive commercial alterations to the state of Rio Grande do Sul due to changes on national economy for the "Real Plan" and also because the exportations had their bases on the agricultural sector where the countries of the mercosul are more competitive.

Keywords: Mercosul – Economic Integration – Rio Grande do Sul

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI	- Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração
ALALC	- Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCA	- Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA	- Associação Latino-Americana de Desenvolvimento
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCG	- Conselho de Cooperação do Golfo
CMC	- Conselho do Mercado Comum
EU	- União Européia
FACEM	- Fundo de Convergência Estrutural
FEE	- Fundação de Economia e Estatística
GMC	- Grupo do Mercado Comum
IEEI	- Estudos Econômicos Internacionais
IVA	- Imposto sobre o Valor Agregado
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
MILA	- Mestrado em Integração Latino-Americana
OMC	- Organização Mundial do Comércio
PICE	- Programa de Integração e Cooperação Econômica
RBS	- Rede Brasil Sul de Comunicações
TEC	- Tarifa Externa Comum

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - O POSICIONAMENTO HISTÓRICO E POLÍTICO DO RIO GRANDE DO SUL FRENTE AOS PAÍSES PLATINOS.....	14
1.1 - A História do Rio Grande do Sul frente aos países Platinos.....	14
1.1.1 - O processo expansionista português e espanhol no período colonial	14
1.1.2 - O papel do Império brasileiro na Bacia Platina	18
1.1.3 - A história do Rio Grande do Sul frente aos países platinos no período de 1767 a 1880	24
1.1.4 - O contrabando na Província de Rio Grande de São Pedro.....	30
1.2 - As particularidades históricas do Rio Grande do Sul em relação às demais regiões brasileiras	34
1.2.1 - O papel da economia do Rio Grande do Sul da colonização ao Império	34
1.2.2 - O papel e as particularidades do Rio Grande do Sul na política nacional durante o período da República Velha (1889-1930).....	39
1.2.3 - As particularidades do Rio Grande do Sul no campo político , no período de 1909 a 1930	43
1.2.4 - As particularidades históricas da organização social do Rio Grande do Sul..	52
1.2.5 - Algumas considerações sobre a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul	55
1.2.6 - Considerações finais.....	60
CAPÍTULO 2 - AS POSSIBILIDADES ECONÔMICAS E ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DO RIO GRANDE DO SUL FRENTE AO MERCOSUL	63
2.1 - Considerações sobre a segunda fase do Plano Real	63
2.2 - O desempenho da economia gaúcha no ano de 1995l	66
2.3 - O relacionamento do Rio Grande do Sul com os países do Mercosul.....	72
2.4 - As principais iniciativas políticas ocorridas durante o ano de 1995 no relacionamento do Rio Grande do Sul com o Mercosul	76
CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS.....	89

INTRODUÇÃO

Os países latino-americanos vivenciam uma nova ordem internacional, caracterizada pela globalização dos mercados e conseqüente homogeneização das sociedades internacionais, que vêm requerendo de tais países, reformas políticas, econômicas e novos modelos de políticas externas, visando à inserção numa estrutura econômica neoliberal, em permanente expansão e que vai exigir da América Latina o desafio de integrar-se regionalmente.

A integração econômica caracteriza um processo político entre governos nacionais, visando reduzir, parcial ou totalmente, as barreiras tarifárias e não tarifárias que limitam o comércio recíproco. Os esforços oficiais para uma integração econômica e regional no continente iniciaram-se com a instituição da ALALC, na década de sessenta, que posteriormente evoluiu para ALADI, criada em 1980, e os acordos bilaterais, Argentina-Brasil, que foram iniciativas pioneiras e com caráter restrito, devido à falta de vontade política dos países envolvidos em abrirem as suas economias.

A crise de estratégica econômica, baseada na substituição de exportações no período de 1960-1980, os choques do petróleo e as crises econômico-financeiras das décadas de 1970-1980, geraram no Brasil e em toda a América Latina, a necessidade do desenvolvimento de um novo projeto nacional, baseado na abertura do setor externo, passando-se para uma economia competitiva internacionalmente. Tal fato tornou possível lançar as bases do Mercosul, através do Tratado de Assunção, de 1991, representando, este, a experiência mais recente no processo de integração latino-americana.

Destaca-se deste modo, a integração econômica no âmbito do Mercosul, relacionando-o com o estado do Rio Grande do Sul, que pela sua posição geográfica e realidade fronteiriça, situa-se em privilegiada posição em relação a esta integração.

Optou-se pela análise do ano de 1995, principalmente, por ser o período em que passou a vigorar a fase de integração econômica de União Aduaneira, assim como foi o ano da ocorrência de mudanças abruptas no comportamento do crescimento da economia nacional.

O objetivo desta dissertação é analisar a participação do estado do Rio Grande do Sul, frente ao Mercosul, sob o aspecto histórico e atual, visando verificar se durante o ano de 1995, este soube criar estratégias políticas visando um relacionamento comercial positivo com os países participantes.

O Processo de integração dos países membros do Mercosul é assunto de maior importância, não só em relação aos países e governos envolvidos, mas principalmente para o estado do Rio Grande do Sul, que pela sua localização geográfica situa-se em privilegiada posição.

Sua importância vai decorrer das mudanças econômicas e políticas que estão ocorrendo no ordenamento mundial. Antes os países podiam enclausurar-se em seus territórios e viver na ilusão de que quanto mais independentes da tecnologia, do capital, da cultura e das mercadorias estrangeiras, melhor era. Hoje o potencial dos países e das regiões mede-se pela capacidade de convivência com os demais, num regime de superexposição à influência externa, mercados abertos e de uma saudável interdependência. É esta a adequação a nova ordem mundial e é este o ambiente em que o Brasil e o estado do Rio Grande do Sul têm de inserir-se, para garantir a sua sobrevivência e o seu desenvolvimento econômico.

Acredita-se, por isso, que enquanto cidadãos atuantes, dentro de cada profissão, não pode haver omissão diante do processo de construção desta integração regional. Cada parcela de contribuição é importante, uma vez que o estudo e a pesquisa abrem caminho para o entendimento dos fenômenos e sua viabilidade. É esta a motivação da realização deste estudo, contribuir no debate sobre as questões em curso, fazendo com que as críticas, sugestões e reflexões apresentadas possam ser aproveitadas tornando possível a correção de rumos.

Desta forma, esta dissertação apresenta o primeiro capítulo, que tratará da análise de pontos relativos ao relacionamento do estado do Rio Grande do Sul, com os países platinos e com o Brasil, visando posicionar ao longo da história o estado frente ao Mercosul.

Num segundo momento, analisar-se-á as particularidades históricas e políticas do estado do Rio Grande do Sul em relação às demais regiões brasileiras, onde se destaca o processo de formação da economia do estado, durante a fase do colonialismo mercantilista.

No capítulo segundo, abordar-se-á algumas questões relevantes para

melhor compreender as possibilidades econômicas do estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1995. Analisar-se-á o desempenho da economia do estado, no período proposto, destacando-se a influência do contexto econômico nacional, que vivenciava a segunda fase do “Plano Real”.

Abordar-se-á também, o relacionamento comercial do estado com o Mercosul, durante o ano de 1995, terminando por descrever as principais iniciativas políticas, realizadas no período, neste particular.

A implantação de um processo integracionista é fato inédito na história econômica dos países latino-americanos. A integração regional em termos de América Latina foi durante algum tempo apenas uma figura de retórica, com sérias impossibilidades de viabilização, mas hoje este processo despertou de maneira significativa no continente, principalmente porque nestes países foi reforçada, em todos os sentidos, a credibilidade internacional.

Esta credibilidade ocorreu devido às transformações e mudanças decorrentes dos apelos da nova ordem mundial. Cita-se, principalmente, a generalização da democracia, onde o sistema converteu-se num marco de referência para quase todas estas nações, aliado a este fator estão às reformas econômicas visando a uma estabilidade da economia.

Na verdade há muito a se realizar e todas as nações estão hoje envolvidas num delicado exercício de adaptação de seus mecanismos internos aos novos desafios, que o processo evolutivo desta integração impõe. Esta adaptação, hoje, vem a ser, principalmente, a tentativa de harmonização dos diferentes interesses externos para a viabilização e conseqüente transformação deste simples acordo de livre comércio em um mercado comum.

CAPÍTULO 1

O POSICIONAMENTO HISTÓRICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL FRENTE AOS PAÍSES PLATINOS

O objetivo do presente capítulo é de analisar alguns pontos relativos ao relacionamento histórico do estado do Rio Grande do Sul com os países da Bacia Platina. Objetiva-se posicionar, ao longo da história, ele frente aos países platinos, em determinados períodos históricos.

Para tanto se tratará, no primeiro item, do processo expansionista português e espanhol no período colonial, após a implantação na Europa de um novo sistema econômico, o mercantilismo. A partir deste cenário, aborda-se o processo de expansão territorial do Império brasileiro, que, àquela época, não passava de um desdobramento do estado português, destacando, principalmente, a sua hegemonia em relação aos países platinos: República do Uruguai, República Argentina e Paraguai.

Num terceiro momento analisa-se a história econômica e política do estado do Rio Grande do Sul em relação aos países platinos, no período de 1828 a 1880. Aborda-se também, as particularidades históricas e políticas do estado em relação às demais regiões brasileiras.

Destaca-se o papel do Rio Grande do Sul na política nacional, no período Republicano (1889-1930), enfatizando-se que este será determinado pelo lugar ocupado pela Província em relação à economia nacional. Destacar-se-á, também as particularidades políticas, do estado, em relação às regiões detentoras da hegemonia política e econômica no período.

Mostrar-se-á, ainda, a singularidade do estado do Rio Grande do Sul, tomando-se como objeto de análise a sua organização social, contrapondo-a as demais regiões do país. Por fim, apresenta-se algumas considerações sobre a Revolução Farroupilha, a guerra-civil ocorrida no estado durante o período imperial.

1.1 — A História do Rio Grande do Sul frente aos países Platinos

1.1.1 O processo expansionista português e espanhol no período colonial

Inicialmente é interessante abordar, dentro de um processo de reconstrução

histórica, a Integração da América Latina¹ ao contexto europeu, que terá início na fase das grandes navegações, ocorridas no início da chamada Idade Moderna, época durante a qual, no Velho Mundo, coexistiram o feudalismo² decadente e o capitalismo que emergia.

Vem a ser no século XIV que se inicia a manifestação da crise que desorganizou profundamente o sistema produtivo europeu e que a partir de então viria a destruir o sistema feudal. Esta crise que foi originalmente agrícola se caracterizou pelo esgotamento do solo, decorrente de seu precário aproveitamento. Reduziu-se as áreas de pastagens em favor de culturas comerciais e conseqüentemente se diminuiu a atividade pastoril, que era de vital importância, pois através dela se extraía o adubo natural para as plantações.

Aliada a esta crise, a peste negra (1348-50), dizimou 40% da população européia, a Guerra dos cem anos e as revoltas camponesas tornaram-se fatores de colapso e anarquia, deixando regiões inteiras despovoadas. A alta taxa de mortalidade populacional trouxe a escassez de mão-de-obra, que se tornou mais cara. A falta de braços obrigou os regulamentos corporativos a se abrandarem, ampliando deste modo, as oportunidades de trabalho na atividade artesanal. Com esta transformação do antigo servo em rendeiro e das obrigações feudais em variadas formas de pagamento, o camponês passou a ter tempo para se dedicar a um artesanato doméstico, cujo produto era vendido ao comerciante³.

Portanto, esta monetarização das obrigações feudais, assim como o surgimento de uma produção artesanal doméstica para o mercado, dinamizaram consideravelmente a economia urbana do século XV, onde cada vez mais cresceu a concentração das populações camponesas nas cidades, impulsionando o progresso do comércio, do setor bancário e da indústria manufatureira, fazendo com que elas, que se libertavam das tutelas feudais, caíssem sob controle do ideal e do espírito burguês capitalista, o capitalismo comercial.

Este processo evolui, a partir de então, possibilitando o surgimento de um

1 A América Latina, àquele período, compreendia uma subdivisão em América espanhola, América portuguesa (Brasil) e América francesa (Haiti e Antilhas francesas).

² O sistema feudal articulava-se através de laços de soberania e vassalagem, nas quais a natureza parcial da propriedade correspondia o caráter privado da soberania. A relação de proteção e dependência repartia-se entre os vários níveis senhoriais e também compreendia o vínculo estabelecido entre os senhores e os camponeses.

³ Na Inglaterra, este processo foi acompanhado pelo cercamento das terras comunais para a ampliação das pastagens do que decorreu a expulsão de camponeses para a cidade e sua conseqüente transformação em mão-de-obra barata para as manufaturas.

novo sistema econômico, o sistema mercantil⁴, que se caracterizava pela crença de que a riqueza de todas as nações dependia da posse de grandes zonas de metais preciosos (ouro e prata), portanto buscava-se antes de tudo assegurar o ganho da metrópole através da busca e da acumulação de metais preciosos, onde alguns de seus pontos de referência eram o poder do estado para defender o comércio, com armas e com barreiras alfandegárias; formação de colônias de exploração; formação e consolidação do estado unitário nacional, ou seja, o estado era um meio para se obter a riqueza e a prosperidade como valor supremo; descobertas geográficas e aberturas de novos mercados de monopólio e absorção.

Na verdade, o período das grandes navegações marítimas vai ocorrer dentro deste contexto de expansão comercial e urbana, viabilizado pelos progressos técnicos até então ocorridos, como a descoberta das caravelas, da bússola e da imprensa, que possibilitou o surgimento, no período, de duas grandes potências marítimas, Portugal e Espanha.

O estado português, sentindo-se obrigado a expandir-se, premido entre a Espanha e o Oceano, toma então o rumo deste último, tornando-se, a partir de então, o pioneiro da expansão navegatória. Em 1498, utilizando-se da rota descoberta por Bartolomeu Dias e Vasco da Gama, os portugueses chegam às Índias, revelando-se então como atingir diretamente os entrepostos do Oriente. Posteriormente ocorre a posse do litoral brasileiro, movido pelo grande objetivo português que era assegurar o controle da rota atlântica para a Ásia. Entretanto, os portugueses nada acharam aqui, além de Pau-Brasil, nunca se conformando em não terem tido a mesma sorte da Espanha, que encontrara em suas colônias minas de ouro e prata.

Na realidade, a pretensão portuguesa naquele período expansionista não era colonizar ou mesmo desbravar o Brasil, mas sim encontrar o Peru em busca de minérios e prata de Potosi⁵, pois os portugueses estavam frustrados com a aparente pobreza da terra que descobriam.

Observa-se, portanto, que as áreas em que se concentraram os interesses, tanto português quanto espanhol, foram as de mineração, vindo, como já foi visto, de acordo com o projeto econômico mercantilista e monopolista da época, que

⁴ Na Inglaterra, este sistema foi completado no século XVII pela promulgação das leis de navegação que visavam o poderio estratégico e o poderio econômico.

⁵ As Minas de Potosi (no Vice-Reino do Peru) iniciaram um verdadeiro Ciclo da Prata, cujo auge deu-se em 1545 e 1670.

privilegiava, antes de tudo, os metais preciosos como base da riqueza nacional. Ou seja, o maior objetivo tanto de Portugal quanto da Espanha era a possibilidade de riqueza advinda da zona de mineração. Julga-se que a partir deste período é que se iniciaram os conflitos permanentes entre estas duas expansões colonizadoras unidas pelos mesmos objetivos e interesses econômicos. Conflitos que continuaram nas zonas de choque da região Platina e nas planícies do extremo sul, deflagrados basicamente pelo acesso a navegação no Rio da Prata.

A política expansionista lusa, em relação à região platina, alcançou o seu ponto culminante no fim do século XVI, época caracterizada pelas grandes descobertas de ouro e período em que ocorreu a fundação da “Colônia do Sacramento”, projeto oficial do estado português, para através das “Bandeiras” penetrar na Bacia Platina assegurando, desta forma, o domínio das margens do Rio da Prata.

Como já foi visto o objetivo de todo este processo expansionista foi a busca de riquezas materiais sob os estímulos do mercado mundial. Buscava-se antes de tudo o enriquecimento da metrópole num processo em que se combinavam a dominação e a apropriação⁶, ou seja, assegurar a dominação, para que a coroa obtivesse lucros, através de um sistema de monopólio comercial, como comenta BANDEIRA (1985, p. 53): “Sem dúvida alguma, o mercantilismo constituiu a principal força propulsora da conquista de territórios que os luso-brasileiros, naquele período empreenderam”.

Sendo que o mercantilismo, tanto de Portugal quanto da Espanha, caracterizava-se pela ocupação efetiva, decorrente da necessidade de garantir o espaço físico necessário a manutenção das linhas de comércio, posto que as colônias na América representassem para as duas nações rivais um fator de equilíbrio na balança das competições européias.

Sem dúvida, a navegação através do Rio da Prata era, àquele período, de vital importância para os portugueses, pois lhes facilitaria a conexão com Potosí e a reativação do comércio da prata para a América Espanhola, assim como se criavam condições para a conquista de Buenos Aires, objetivo claro de Portugal. Prova é que no século XVIII a navegação através do Rio da Prata, possibilitou o abastecimento das áreas mineradoras e a mineralização do ouro, impulsionando a formação de um

6 Criou-se uma economia à base de relacionamentos mercantis externos com a metrópole.

mercado interno na região.

Dentro desta perspectiva, em relação à conquista da região platina, pode-se observar que o que importava para os portugueses não era a fixação de fronteiras, mas a conquista dos rios, a navegação através do Rio da Prata e seus afluentes.

Como exemplo disso destaca-se a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, que consistiu num projeto oficial dos portugueses para através das “Bandeiras” penetrarem na Bacia Platina, assegurando assim o domínio das margens do Rio da Prata.

Outro fato que comprova tal afirmação é a declaração de guerra contra Oribe e Rosas (caudilhos argentinos), onde a intervenção do governo imperial visou fundamentalmente garantir a liberdade de navegação na Bacia da Prata, indispensável à conservação das províncias de Mato Grosso, Goiás e parte de São Paulo. Segundo BANDEIRA (1985), a Província de Buenos Aires, localizada à margem do Rio da Prata, facilitava o acesso ao Peru, através da rota de Córdoba, Santiago de Del Estero, Tucuman, Salto e Jujuy, até então o eixo de articulação comercial entre as colônias de Espanha e Portugal.

Em 1654 faltava somente a ocupação de Buenos Aires para que Portugal restaurasse completamente seu complexo comercial e as rotas de navegação no Oceano Atlântico, com total hegemonia sobre o Rio da Prata, controlando todo o comércio da região, que além da prata, já abarcava outras mercadorias, tais como couros, carne seca e erva mate.

1.1.2 O papel do Império brasileiro na Bacia Platina

Reportando-se ao período Imperial (1822-1889), analisa-se a expansão territorial do Império brasileiro, destacando principalmente a sua hegemonia em relação aos demais países que constituíam a região platina. Para isso, analisa-se o relacionamento destes países com o Império brasileiro, considerado importante potência expansionista, na época.

Pode-se salientar que o império brasileiro, àquele período, não passava de um desdobramento do estado português. O fato é que o Brasil, enquanto colônia portuguesa conservara a sua base institucional, toda assentada no dogma da soberania una e indivisível da Coroa Portuguesa. Assim sendo, as leis, os métodos administrativos, o estilo político, a diplomacia e a maneira de tratar as questões

internacionais eram herdadas de Portugal.

O Império brasileiro na verdade era o próprio estado português que se desdobrara em outra base geográfica. Este fator foi importante, porque assegurou a este, já na metade do século XIX, um amadurecimento como estado, em relação aos demais países da América do Sul (principalmente em relação a confederação Argentina).

O Brasil realizou neste período uma política colonial e imperialista frente aos países da Bacia do Prata, contando com a experiência de domínio e expansão do estado português, destacando-se como grande potência frente aos estados platinos e impondo a estes um sistema de alianças e acordos que visavam não só a um equilíbrio de forças, mas a consolidação de sua hegemonia, em substituição a França e a Inglaterra⁷.

Observa-se, por exemplo, que esta posição de potência vai manifestar-se até em relação ao poderio inglês, que era bastante forte. Em 1860 o Governo Imperial não cedeu à Grã-Bretanha (que exigia medidas mais enérgicas para a extinção do tráfico de escravos, recusava-se a renovar o tratado de comércio de 1827 e, além disso, instituíra tarifas protecionistas para sua indústria), tomando a decisão de não mais firmar compromissos com nações poderosas e muito menos outorgar-lhes os privilégios, que entravavam os seus interesses.

Outra prova de que o Brasil sempre operou em função de seus interesses é que enquanto guerreava para tornar livre a navegação no Rio da Prata, recusava-se a abrir a Bacia do Amazonas aos navios estrangeiros, durante toda a década de 1850, apesar das pressões dos estados Unidos e da Grã-Bretanha.

Na verdade, a política e a diplomacia do Império brasileiro em relação a Bacia do Prata não era de conciliação ou alianças com a Grã-Bretanha ou a quaisquer outros estados, mas sim explorar e usar os antagonismos e as rivalidades já existentes para seus próprios interesses.

O fato é que o Brasil assumiu uma importância expressiva e de grande autonomia em relação aos outros países da Bacia Platina, aos quais impôs a sua hegemonia entre 1850 e 1870, empreendendo ações de caráter imperialista visando apenas a realização de seus objetivos econômicos e políticos.

⁷A Inglaterra e a França e mais tarde os Estados Unidos foram as nações que tinham maiores interesses na região da Banda Oriental, além do Brasil e das Províncias Unidas. Desde que o vice-reino do Rio da Prata começou a abrir-se para o comércio internacional a Inglaterra passara a contrapor-se às tentativas de Portugal de dominar o Rio da Prata.

Em síntese, a expansão territorial do Império do Brasil, visto aqui como uma continuidade do estado português, decorreu das necessidades básicas do modo de produção implantado na colônia pelos portugueses, baseado na exploração da terra, na monocultura e escravidão e visando unicamente o abastecimento europeu.

Em contrapartida, o confronto entre o Rio Grande do Sul e os países do estuário platino refletiam uma outra realidade: por possuírem a mesma base econômica, a agropecuária, ocorreu entre estes, a partir da metade do século XIX, uma competição e uma disputa pelas pastagens e estoques de gado da Banda Oriental (margem leste do Rio Uruguai). Sendo esta uma luta pela matéria da qual necessitavam os saladeiros (nome dado aos estancieiros que produziam carne seca — charque — no Uruguai e na Argentina), tanto de Buenos Aires quanto do Rio Grande.

Quanto à República do Uruguai, esta se tornara, na metade do século XVIII, uma espécie de estado tampão entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina, transformando-se numa zona de importância na política econômica da Bacia Platina. Por exemplo: o porto de Montevidéu sempre constituiu uma alternativa para o Paraguai e as províncias do litoral da Argentina e transformou-se no principal escoadouro das mercadorias oriundas de Entre Rios e Corrientes. Além do mais, as condições na região da Banda Oriental, mesmo após a guerra cisplatina e a sua desanexação do Brasil, sempre apresentaram melhores condições ao desenvolvimento da pecuária, sendo que os luso-brasileiros costumavam infiltrar-se seguidamente na região com suas estâncias de gado.

Em 1850 o Uruguai era um país arruinado economicamente. Com o término da Guerra Grande⁸ o país unificara-se, formando um só governo, ficando reduzido a um protetorado do Império brasileiro, que iniciara neste país um processo de pilhagem e destruição. Os luso-brasileiros retiravam o gado do Uruguai sem o pagamento de qualquer imposto aduaneiro, servindo estes para abastecer as charqueadas sul riograndenses. Segundo BANDEIRA, (1985, p. 115): “O Brasil derramara dinheiro no Uruguai, enviara um exército para ocupar, impusera-lhe a paz, mas os benefícios de paz ainda não existiam”.

O fato é que o Império do Brasil prometera ao Uruguai incrementar-lhe o

⁸ O Uruguai foi por longos anos sacudido por lutas internas entre as classes dominantes dos Blancos e Colorados. A possibilidade de pacificação interna veio com a inserção do país no contexto capitalista internacional.

comércio, mas este continuou em decadência, pois a produção estagnara-se e o país não produzindo, não exportava. Outro benefício prometido era o repovoamento da região, no entanto ao invés de crescer a população diminuía pela falta de trabalho, provocado pela ruína da atividade agropecuária, base econômica da região.

O domínio do Império brasileiro sobre a República do Uruguai, estava, entretanto legitimada por cinco tratados. Através destes tratados o Brasil alcançara os seus propósitos na região, que eram: a fixação dos limites territoriais, extradição dos escravos foragidos, total isenção de tributos na passagem do gado em pé para o abastecimento das charqueadas riograndenses, liberdade de navegação no Rio Uruguai e seus afluentes. Eram tratados totalmente lesivos aos interesses e a soberania do Uruguai, mas de acordo com os interesses e as necessidades do processo de acumulação de capital do Império do Brasil.

Mas, com o advento do governo de Manuel Oribe, ocorre o restabelecimento ao Uruguai de suas campanhas invadidas pelas estâncias riograndenses. Os campos são cercados e é barrada a transferência de gado uruguaio para o território brasileiro⁹, assim como é proibida a navegação no Rio Uruguai. Todos estes fatores acabaram por prejudicar os charqueadores sul riograndenses, que com o restabelecimento da economia Uruguia por Oribe, passaram a sofrer a concorrência dos produtos do Uruguai e novamente o conflito é estabelecido na Região Platina, entre este caudilho uruguaio e o Império do Brasil.

Na segunda metade do século XIX, a República Argentina¹⁰ internamente torna-se uma área de conflitos entre caudilhos do interior e burguesia mercantil de Buenos Aires. O líder mais destacado deste período foi Juan Manuel Rosas (um caudilho do interior) que toma o poder em Buenos Aires no ano de 1829, planejando a construção na Argentina de um estado centralizado¹¹. Seu projeto político e econômico incluía um rígido controle do comércio fluvial, beneficiava a indústria local em detrimento dos artigos concorrentes importados, contrariando os interesses do livre comércio Inglês na região, assim como dos estancieros riograndenses que ali comercializavam.

⁹ O Governo Imperial, sempre visou fundamentalmente, assegurar o trânsito do gado em pé, através da fronteira do Uruguai para as charqueadas do Rio Grande do Sul.

¹⁰ Em 1826, a Confederação Argentina (Províncias unidas do Rio da Prata) passaram a chamar-se República Argentina.

¹¹ A Confederação Argentina àquele período não era um país, mas uma aglomeração de dois países, Buenos Aires, e Confederação Argentina, onde um garantia a sobrevivência do outro.

Juan Manuel Rosas buscava, antes de tudo, destacar e dar autonomia a província de Buenos Aires adotando uma Lei de Aduana, em 1835, bastante protecionista, em que proibia a importação de uma série de produtos estrangeiros. Recusara-se também a nacionalizar, como todos os governos que o antecederam, as rendas alfandegárias de Buenos Aires. E ainda mais, buscava sob a condição de porto único, o exclusivismo, fechando o Rio da Prata a navegação internacional.

O ato do governo da República Argentina de fechar os rios prejudicou sensivelmente o comércio europeu, assim como, afetou os interesses do Império do Brasil, ameaçando a sua integridade territorial, pois o chamado Estuário do Paraguai era, àquele período, a única via de comunicação entre a província de Mato Grosso e o Rio de Janeiro.

A partir deste incidente as relações entre a República Argentina e o Império do Brasil estremeceram, caracterizando-se por confrontos diretos, com forças que se enfrentavam sem cessar em toda a Região Platina. As guerras eram, como já foi salientado anteriormente, motivadas pela disputa dos estoques de gado, como também pela reativação da navegação no Rio da Prata, e até mesmo pela anexação da República do Uruguai, objetivo dos dois governos.

Em 1851 a situação agravou-se na região, pois Manuel Rosas declarou guerra ao Império brasileiro, que através de uma coalizão com o Uruguai e as províncias de Corrientes e Entre Rios, acabou por derrotar o caudilho argentino na chamada Batalha de Monte-Caseros, em 1852.

Em resumo, com a derrota de Manuel Rosas, rompeu-se o equilíbrio de poder na Bacia do Prata, a favor do Império do Brasil, possibilitando a expansão de sua influência econômica e política até sobre a República Argentina.

Em 1855 Urquiza toma o poder, estabelecendo novos termos de relacionamento entre as províncias e reformulando o federalismo que o governo anterior distorcera, em benefício dos interesses portuários de Buenos Aires, abriu este o Rio da Prata à navegação internacional, com o intuito de estabelecer uma igualdade econômica e comercial entre as províncias e libertar da ditadura portuária de Buenos Aires. A partir deste gesto, a República Argentina dá um decisivo passo rumo a unificação e a constituição de um estado nacional, através da incorporação da antiga confederação de Buenos Aires.

Quanto ao Paraguai, constata-se que este e o Império do Brasil possuíam um interesse em comum que era a liberdade de navegação no Rio da Prata e

competiam pela hegemonia e pelos mercados da Bacia Platina. Estes interesses acarretaram sérios confrontos e o poderio do Paraguai, àquele período (segunda metade do século XVIII), não só o capacitava a defender-se, quanto a competir em igualdade de condições.

É relevante destacar que entre os estados que se desligaram do Vice-Reino do Rio da Prata, apenas o Paraguai não procurou expandir-se. Durante os 30 anos ditatoriais de D. José de Francia (1811-1840) isolou-se, face às imposições que Buenos Aires lhe empregou frente às exportações de erva-mate, madeira e tabaco (1810). Este fechamento, imposto ao Paraguai, obrigou-o a tornar-se auto-suficiente, solidificando-se a partir daí, no país, um tipo de economia, em que o estado representava o principal agente da produção e do comércio, regulando todas as atividades.

Nesta época, a condição para o desenvolvimento econômico paraguaio passou a depender da superação deste isolamento, tendo em vista o excedente que acumulava foi obrigado a buscar a reconquista dos mercados de erva mate, madeira e tabaco, localizados na Bacia do Prata, mas a garantia deste comércio impunha, antes de tudo, o estabelecimento de um equilíbrio político e militar entre este e os estados vizinhos. Em 1840 o Paraguai passou a destacar-se e a realmente ter importância na comunidade dos países da Bacia do Prata, através da ascensão ao poder de D. Carlos Antonio Lopez (1840-1862), que com a sua política abre espaço, externamente, ao estado paraguaio, intervindo no conflito com Juan Manuel Rosas, da República Argentina, assim como passando a procurar contatos diretos com a Europa e os estados Unidos, dos quais pretendia absorver a tecnologia.

Sob este contexto, o progresso do Paraguai tornou-se inevitável, voltando-se, então, o governo de Solano López para a questão de seus limites territoriais, não só com a República Argentina, como, principalmente, com o Império do Brasil. A partir desta pretensão, as desavenças entre o Brasil e o Paraguai cresceram.

Em 1854 estes conflitos se aguçaram, principalmente, quando o governo do Paraguai proibiu a navegação de navios de guerra brasileiros no Rio Paraguai, impedindo deste modo que o império brasileiro fortificasse a província de Mato Grosso obrigando-o dessa forma a afirmar tratados de limites dentro de termos que interessavam ao Paraguai.

Convém salientar que, àquele período (1864-65) o Paraguai apesar de possuir uma boa base industrial: pólvora, munição, peças de artilharia e até navios,

que eram construídos nos próprios estaleiros de Assunção, não possuía o principal, um potencial de pressão diplomática que pudesse influir sobre as ações dos demais estados da bacia do prata e alcançar a vitória no caso de uma guerra. Mesmo assim, o Governo Paraguaio reivindicou, em 1863, que o Uruguai lhe desse, nas questões internacionais, a parte mais honrosa e respeitável em relação aos demais governos, instalando, assim, o confronto com o Brasil.

Em decorrência, o Império de D. Pedro II juntamente com uma coligação que incluiu os vizinhos Uruguai e Argentina, depois de uma guerra desgastante, que durou de 1865 a 1870, derrotou o Paraguai. Com a derrota Paraguaia e com a formalização do Tratado da Tríplice Aliança, a vantagem foi do Império do Brasil. Para BANDEIRA, (1985, p. 212):

O Império do Brasil, após a guerra do Paraguai e nos períodos que se sucederam passou a defender economicamente e cada vez mais da exportação de café, inclinando-se para a órbita dos estados Unidos, enquanto a Argentina, onde os investimentos britânicos soldaram o estado Nacional, expandiu-se economicamente, estabelecendo, pela primeira vez desde o fim da colonização, um real equilíbrio de poder na Bacia do Prata. A partir de então a rivalidade entre os dois países passou a refletir em seus vínculos internacionais, a disputa antiimperialista pela América Latina.

1.1.3 A história do Rio Grande do Sul frente aos países platinos no período de 1767 a 1880

Diante do exposto e segundo BANDEIRA (1985), o Brigadeiro Silva Paes fundou em 1767, o Presídio Militar do Rio Grande, com o claro objetivo de organizar, no extremo sul, um sistema de guarda na fronteira, capaz de garanti-las contra o ataque dos espanhóis e ao mesmo tempo, assegurar à Colônia do Sacramento um apoio militar eficiente.

Percebe-se que o estado do Rio Grande do Sul, pela sua localização fronteiriça¹² dá o quadro mais propício para a verificação histórica de um processo de integração entre povos vizinhos sob a ação de disputas e conflitos, vindo a se constituir, historicamente, na região de maior tensão e guerra de todo o território nacional.

Tanto os povos da Banda Oriental quanto os do Rio Grande, nas campanhas

¹² O território riograndense inclina-se diretamente para o Prata, sendo que para esta direção correm os rios formadores de suas maiores bacias hidrográficas (Oriental e Ocidental). Enquanto a Campanha tem a totalidade de suas linhas naturais dirigidas para o Rio Uruguai e por meio dele ao Prata.

platinas, combateram-se em um e outro campo, anos a fio, tendo a pecuária como seu principal campo de interesse econômico, que a princípio os uniu, mas as rivalidades políticas foram de tal ordem que o conflito mais os dividiu que os aproximou¹³.

O domínio português no extremo sul era quase exclusivamente litorâneo, não ia além de Laguna, para além desta área, tudo se presumia espanhol, ainda em 1807, a fronteira da Espanha passava pelo Rio Pardo, cortando ao meio, de norte a sul, o atual território riograndense.

Assim, as “*campanhas platinas*”, ao longo do Rio Uruguai se fizeram o centro histórico dos ataques e das invasões destes povos vizinhos, sendo que os verdadeiros pontos de defesa de nossas fronteiras realmente existiam e estavam em território riograndense.

Mesmo nos raros momentos de paz, o ódio e as disputas existentes entre espanhóis e portugueses firmavam-se constantemente, motivados talvez pela característica nômade destes povos, o costume das preias e do contrabando. Para CÉSAR(1980, p. 84):

Ao Rio Grande, desde seu estabelecimento, no litoral, da Fortaleza de Jesus-Maria-José, coubera participar em confusos choques armados com os vizinhos. As vacilações, os erros, a cobiça da administração bragantina só haviam servido para fomentar estas lutas. Portugal e Espanha, separados por desinteligências seculares, não haviam encontrado até então, o segredo da convivência pacífica.

Segundo CÉSAR (1980), o primeiro choque assinalável entre as duas expansões colonizadoras da planície platina, Portugal e Espanha, foi na época da fundação do presídio do Rio Grande. Os cavalarianos de D. Pedro de Cebalho adentraram na fronteira sul com 6000 homens dispostos ao saque, tomaram Colônia do Sacramento e chegados a Rio Grande, tomaram a cidade, dispersando a sua população, permanecendo ali treze anos, sendo expulsos em 1777.

Por exemplo, a ocupação da planície platina, que margeava o Rio Uruguai pelo estado português, aconteceu sobre o tropel de invasões e ataques por parte dos espanhóis.

É relevante salientar que Portugal, a fim de consolidar o seu domínio sobre aquelas planícies, necessitava urgentemente povoá-las, pois os missionários espanhóis já dominavam uma vasta faixa de terras riograndenses desde as florestas

¹³ Neste período, estas remotas colônias na América representavam para as duas nações rivais — Portugal e Espanha — um fator de equilíbrio na balança das competições européias.

do Rio Uruguai até o sul.

Esta ocupação ocorreu, segundo CÉSAR (1980), quando Portugal concede a Salvador Correia de Sá uma capitania que é mais tarde doada ao filho e ao neto daquele fidalgo, ficando assim as missões jesuítas em território brasileiro, iniciando-se, assim, a efetiva ocupação da planície platina pelo estado português. Com a fundação de Colônia do Sacramento, tal ocupação é solidificada sendo que aconteceu, como era de se esperar, sob fortes represálias da Espanha.

O fato é que o governador de Buenos Aires convocou tropas das províncias de Santa Fé e Corrientes, armando 3000 índios jesuítas para dar combate aos portugueses. Em 1686 Colônia foi atacada e todos os seus habitantes foram tomados prisioneiros. Logo providências foram tomadas para atenuar o isolamento de Colônia do Sacramento através de seu povoamento, impedindo, assim, que os espanhóis estabelecessem-se em qualquer ponto da costa.

Daí por diante, até 1807, durante um quarto de século, as fronteiras foram invadidas continuamente pelos chamados caudilhos platinos, de modo que nas linhas da fronteira, mesmo a sombra dos tratados e das diplomacias entre os governos, estabeleceu-se um fluxo de invasões e um estado de guerra permanente.

Convém, ainda, salientar que todos os tratados que eram firmados entre Portugal e Espanha naquele período não eram cumpridos por ambos os estados. Por exemplo, o tratado de Madrid, lavrado em 1750 em que se passava às mãos de Portugal, o território das missões e passava-se à Espanha a Colônia do Sacramento. Foi anulado em 1791, pois os espanhóis, não acatando as decisões de tal acordo, voltaram a atacar o território missioneiro trazendo novamente o conflito àquela região.

Em 1761, conforme CÉSAR (1980), é assinado o tratado de “*Santo Idelfonso*”, visando trazer a paz à região platina (imposto a Portugal pela rainha Maria I, que ao assumir o trono resolve pedir a paz ao rei da Espanha). O fato é que este tratado não foi cumprido por Portugal, já em 1801 a Espanha declarou guerra, invadiu o território e contra a expressa disposição do tratado que havia imposto, determinou ao vice-rei de Buenos Aires que atacasse o continente de Rio Grande.

Em 1811, Artigas¹⁴ penetra no Rio Grande, transformando a campanha em

¹⁴ José Artigas, general denominado protetor dos povos livres, enfrentou o centralismo de Buenos Aires e foi combatido por Argentinos e Portugueses, que se unificaram. Era chamado pelos índios

campo de guerra e instalando um pânico generalizado aos habitantes da província, trazendo um novo ciclo de guerras, que só veio a encerrar-se em 1821 com a incorporação da Banda Oriental ao nosso país. Como comenta CÉSAR (1980, p. 275): “A ordem interna mantida com rigor, só se rompeu, em 1835, quando duas facções políticas, os Caramurus e os Farrapos, desprezando os conselhos de prudência se engolfaram numa guerra civil”.

Em 1820, ocorre a incorporação da “Banda Oriental” aos domínios do Império português, ato vinculado diretamente à política expansionista adotada pelos lusitanos desde o século XVII em relação a região platina.

De 1814 a 1820, a Capitania Geral de São Pedro¹⁵ é envolvida em manobras pela conquista da Banda Oriental do Uruguai (com a vinda da família real para o Brasil, D. João resolve acelerar a política expansionista no Prata), e em 1820, a Banda Oriental era finalmente anexada ao Brasil com o nome de Província Cisplatina.

O desfecho da guerra cisplatina ocorreu após a implantação da Constituição de 1824¹⁶, outorgada por D. Pedro I, onde este centraliza todo o poder em suas mãos, manifestando um autoritarismo sem limites.

Por esta razão, segundo César(1980), os “Cisplatinos” revoltaram-se pois se consideravam um povo de outra origem e portanto desobrigados a submeterem-se as leis implantadas. E assim, chefiados pelo caudilho uruguaio Juan Antonio Lavalleja declararam que a província deveria pertencer à “*República das Províncias Unidas do Rio da Prata*”. Tal atitude fere os brios autoritários de D. Pedro I que imediatamente declara guerra a Argentina, iniciando-se em 1825 a chamada “*Guerra Cisplatina*”¹⁷.

As conseqüências para o Rio Grande do Sul da perda da Cisplatina foram grandes. A elite riograndense até então instalada no Uruguai, com suas estâncias, retorna ao estado sem gado para a pecuária e as charqueadas, sem suas propriedades e com o espírito militar arrasado, pois estavam militarmente

como Karai-Guasú(o grande senhor), Gran Cacique e Padre de los pobres. Chefiava um exército de índios, negros, pardos e peões.

¹⁵ Em 1807, o Príncipe Regente resolveu elevar o Rio Grande à condição de Capitania.

¹⁶ A Constituição de 1824, foi a primeira constituição do Brasil, outorgada por D. Pedro I, criando quatro poderes e centralizando o poder em suas mãos.

¹⁷ Até 1828, o Exército do Sul, mobilizado para a guerra era vantajoso, até a intervenção da Inglaterra na guerra, a favor dos cisplatinos, sendo que o Brasil obrigou-se a assinar o acordo de paz, desvinculando a Cisplatina do Brasil, surgindo assim a República Oriental do Uruguai.

derrotados. Para o Governo Central também, pois o retorno destes estancieiros gaúchos (fora de suas lides militares) os faziam repensar sobre a situação econômica em que estava a província de Rio Grande de São Pedro, naquele período, como sintetiza PESAVENTO (1994, p. 37):

as tensões se acumulavam, não só no Rio Grande do Sul, como também em outras regiões do país, de economia periférica, dando margem à eclosão de rebeliões provinciais, marcadas pela presença de idéias federativas e republicanas e da insatisfação das oligarquias regionais.

Decorrido um tempo, os luso-brasileiros infiltraram-se novamente na Banda Oriental, onde as condições apresentavam-se mais favoráveis ao desenvolvimento da pecuária e de seus derivados. A disputa em torno desta região aumentou com a transferência da corte de Lisboa para o Brasil, onde o príncipe regente D. João, almejava fundar um poderoso império na América, reunindo sobre o mesmo governo os estados do Brasil e as colônias da Espanha.

Após decorrer seis anos de um período de aparente tranquilidade, nesta região, a guerra iniciou-se e, dentro do próprio estado riograndense, explodiu a “*Revolução Farroupilha*”, uma guerra interna, mas não menos violenta.

Em 1850 a política dos países platinos passa por agitado período. Na República Argentina o poder civil fora tomado por um grupo de caudilhos politicamente arbitrários, Fecundo Quiroba (de Santa Fé), Estanislau Lopez (de Entre Rios), Juan Manuel Rosas (de Buenos Aires) e Manuel Oribe¹⁸(do Uruguai).

Frente às represálias, vindas de Oribe, o Brasil resolve reagir e é onde o Cel. Francisco Pedro de Abreu (Barão do Jacuí) invade o país retomando parte das presas saqueadas pelo caudilho uruguaio.

A partir daí ocorre um veemente protesto de Buenos Aires em vista do “*Tratado de 1851*” com a república Oriental, referente a aliança militar e o limite entre os dois países. Frente a estes ataques, o governo imperial requisita Duque de Caxias com o seu “*exército libertador*” para dar combate a Oribe, que se rende sem oferecer resistência. Quanto a Rosas, este é rendido em 3 de fevereiro de 1852. Com a queda de Rosas, houve um longo período de tranquilidade na região que trouxe o progresso possibilitando que novamente as estâncias se expandissem pelas campanhas platinas.

O fato é que este ciclo de guerras não chegou a fechar-se, porque de novo,

¹⁸ Manuel Oribe dominava àquela época toda a Campanha uruguaia, onde brasileiros possuíam suas estâncias de criação, saqueando-as, cruzando a fronteira e desocupando o território riograndense.

as fronteiras gaúchas estremeceram. Era uma nova guerra que começava, a “*guerra do Paraguai*” que perdurou de 1864 a 1870 e onde por cinco anos o povo riograndense assistiu a árdua batalha e a interminável marcha e contramarcha dos exércitos.

O conflito instaurou-se em 1865, tendo o Império do Brasil, a Argentina e o Uruguai contra o Governo de Francisco Solano Lopez, do Paraguai. As rivalidades entre o Brasil e o estado Paraguaio se aguçaram, durante o governo de Lopez, quando o Paraguai, com a abertura do Rio da Prata a navegação internacional, tratou de expandir as exportações de erva mate que era a principal fonte de suas divisas (conflito da Tríplice Aliança).

Segundo BANDEIRA (1985) um dos objetivos do Império do Brasil era apropriar-se da área mais rica dos ervais do Paraguai (política portuguesa do monopólio do comércio de mate) mediante a fixação da linha de fronteira do Rio Apa.

Tanto o Paraguai quanto o Império brasileiro enfraqueceram-se internamente com a guerra, prova é que o vencedor nem sequer se empenhou para submeter à sua economia a do Paraguai.

Este, terminada a guerra, finalmente tornou-se um país normal, o poder passou às oligarquias, foram solicitados empréstimos à Inglaterra e um país que poderia ter sido próspero, tornou-se como o Haiti, o mais pobre do continente, como resultado em grande parte da guerra que lhe foi movida por seus vizinhos, insuflados pela Inglaterra.

Percebe-se que o contato e a integração entre as colônias de Portugal e Espanha localizadas ao redor do estuário Platino, apesar dos vários fatores que as aproximavam, caracterizaram-se principalmente, a partir da guerra cisplatina em 1825, por guerras permanentes que se sucediam entre as mais diversas instâncias, em diferentes locais e nos mais variados graus de intensidade.

A região da Bacia Platina acabou por transformar-se durante um longo período numa zona de choques entre estas duas expansões colonizadoras, motivadas estas, pela ganância, a busca de lucro imediato e pela necessidade de adaptação a um projeto econômico mercantilista e monopolista a que estavam submetidas.

Estes conflitos só cessaram quando o atraso, a dependência e o subdesenvolvimento destruíram internamente as economias destes países,

motivados por um longo período de guerras permanentes.

Já a partir de 1880, estas rivalidades vão refletir, no campo internacional, as disputas imperialistas pela América Latina, intensificadas pela penetração dos estados Unidos nesta região motivado pelo grande desenvolvimento das forças produtivas que tornou o Imperialismo¹⁹ uma exigência à manutenção e à reprodução do sistema capitalista.

1.1.4 O contrabando na Província de Rio Grande de São Pedro

Os inúmeros estudos sobre a história do estado do Rio Grande do Sul, mostram a existência de fortes contatos culturais e econômicos entre o estado e os países da Bacia do Prata. Contatos que se caracterizaram por um livre comércio, sendo o “*contrabando*” o seu melhor exemplo histórico.

Acredita-se que a existência deste “*livre comércio*” foi possível devido, primeiramente, a uma realidade inquestionável chamada “fronteira”, pois na primeira década da independência o Rio Grande era a única área do Brasil com autêntica fronteira cultural, isto é, aquela em que uma população brasileira bem estabelecida se defrontava em pé de igualdade com populações distintas.

Tal situação é exemplificada pelo fato de que, por falta de fronteiras naturais satisfatórias, a divisa entre o Rio Grande e o seu vizinho do sul (Banda Oriental do Uruguai) permaneceram indefinidas até meados do século XIX.

Percebe-se que esta realidade fronteiriça definiu a peculiaridade do estado do Rio Grande do Sul em relação aos outros estados brasileiros, onde devido ao seu posicionamento geográfico, separado do resto do país por serras e florestas e com entradas de difícil acesso, formou-se como um estado possuidor de governos totalmente independentes em relação ao resto do país e que mantinham acordos e relações com todos os países do Prata devido a variados interesses: econômicos, de comércio e de guerra.

Tal fato torna-se importante para a compreensão da existência histórica, desde a época da fundação da província de Rio Grande de São Pedro, de uma espécie de “nacionalismo maduro” que conforme CÉSAR(1978) pressupõe uma

¹⁹ O imperialismo no período de 1880-1930 passou a designar a ampliação do domínio territorial e europeu, principalmente da Inglaterra, assim como a extensão do controle norte-americano nos Estados latino-americanos.

noção de que os objetivos do progresso econômico e social podem ser alcançados através do comércio e da integração entre nações vizinhas.

O exemplo desta situação está na constante presença histórica de um contrabando entre o Rio Grande do Sul e os países vizinhos, que abrangia couros, gado em pé, pano europeu, ferro, prata, escravos e sal. Segundo CÉSAR (1978, p. 11):

A distante metrópole não exerceu sobre o Rio Grande do Sul atração mais poderosa do que as outras regiões brasileiras ou as colônias platinas vinculadas a ele por inúmeros interesses econômicos.

Os adventícios que nesta área amanheceram interessados em adonar-se dela só puderam subsistir e crescer em função de uma mobilidade permanente, graças a qual conheceram enérgicos contatos de cultura e estes foram diversos.

É importante considerar-se que os maiores benefícios econômicos que chegaram ao Rio Grande de São Pedro, até então, advieram, sobretudo, do comércio clandestino existente na Colônia do Sacramento. Para CÉSAR (1978) ao fundar a Colônia do Sacramento, em 1780, Portugal reservou-lhe o papel de fortaleza e entreposto e apesar do tratado de limites de 1750, assinado pelos reis Ibéricos, transformou-se num ativo centro de contrabando e numa das peças essenciais da evasão de rendas provocadas pelo comércio ilícito.

Desta forma, percebe-se a importância do contrabando existente nas trocas mercantis entre riograndenses e Platinos a partir de 1680.

A sombra de acordos e tratados (Tratado de Methwrem, de 1703; Tratado de Santo Idelfonso, 1777) e devido à facilidade das comunicações terrestres que davam ao Rio Grande do Sul um melhor acesso as repúblicas vizinhas do que as demais unidades da Federação, o estado tomou parte ativa neste processo de tal modo que naquele período a província de Rio Grande de São Pedro firmou-se como um centro de intermediação comercial, trazendo para si a melhor parte da produção do gado das terras vizinhas.

Assim, como também uma boa parte da produção gaúcha escoava diretamente, pela fronteira, para a Argentina e Uruguai, o que juntamente a um comércio regular, assim estabelecido, passou a vigorar com muita força um contrabando desenfreado sobretudo através dos produtos agropecuários.

O gado e os produtos dele extraídos eram o primeiro atrativo mercantil, apesar do tráfico de mercadorias interessar tanto aos coureadores de campanha quanto aos comerciantes de panos e outros artigos europeus, instalados no estuário do Prata.

A maior parte do gado concentrava-se ao longo da fronteira com a Argentina e Uruguai, sendo que dos oito municípios possuidores de maior número dessa espécie todos ficavam na divisa ou daí afastados por apenas um município.

Perceba-se portanto que, àquela época, a localização fronteiriça das estâncias de gado no estado, assim como a onerosidade do uso das ferrovias fizeram com que Montevideu permanecesse um entreposto importante para a carne riograndense. O gado uruguaio era transportado ilegalmente para as charqueadas do Rio Grande do Sul, sendo então vendido mais barato nos portos brasileiros, seja pelo custo da produção e transporte mais barato, seja pelo contrabando que continuava a romper a barreira tarifária.

É relevante destacar, que este comércio ilícito, denominado contrabando, tornara-se necessário para a sobrevivência econômica, tanto do estado do Rio Grande do Sul quanto de Buenos Aires e Montevideu, posto que, àquele período, estavam todos ligados pela mesma base econômica, a pecuária e os produtos dela extraídos.

Contrabandear transformara-se numa necessidade naquela fase inicial das grandes charqueadas, sendo que a pecuária sulina foi quase que obrigada a lançar mão desta modalidade de comércio para garantir a sua sobrevivência.

O espírito monopolista, então vigente, impedia um regular comércio entre estes países vizinhos, ou seja, uma ditadura alfandegária tornara-se prejudicial ao uso deste tipo de comércio nesta região, sendo que as nações envolvidas não tinham condições de subsistir economicamente comercializando seus produtos e ao mesmo tempo pagando as taxas alfandegárias a que eram obrigadas.

Conforme CÉSAR (1978), àquele período não se pouparam críticas ao espírito monopolista com que Buenos Aires procedeu, vetando as províncias qualquer tipo de comércio com as nações vizinhas.

Isto prejudicava especialmente a Banda Oriental do Uruguai, que por sua posição geográfica facilitava o intercâmbio, assim como a ligação de seu interior com a campanha riograndense formava com esta uma zona de exploração pecuária extensiva, marcado em ambos os lados pelo mesmo estilo econômico.

Portanto, constata-se que na época, quando a balança de taxas na aduana (exportação-importação) pedia para um lado, para este penderia também a comercialização clandestina.

Ainda, segundo CÉSAR (1978), ocorreu ao longo da fronteira meridional três

tipos diferenciados de contrabando: o oficial, o pessoal e o de guerra.

O primeiro tipo caracterizou-se por uma forma clandestina de comércio de que se valeram, a fim de quebrar a opressão imperante em decorrência do monopólio estatal, não só os chamados contraventores, como o próprio governo colonial. Pois o monopólio, como já se viu, contribuiu para que o contrabando oficial ou o praticado pela governança evoluísse espantosamente naquele período histórico.

Evidencia, mais uma vez, CÉSAR (1978, p. 43) "E tantos os chefes militares, a começar pelo Governador como a soldadesca, os colonos e os comerciantes, lá estabelecidos, se interessavam por tal modalidade de ganho".

Já o contrabando de guerra, foi uma das tipologias de comércio clandestino mais freqüentemente visto praticado nas fronteiras riograndenses, transformando-se num mal endêmico, pois, passou-se do ato de lesar o poder de guerra dos adversários durante as lutas, para a subtração, a tomada, contrabandeando rezes e cavalos, não como um arsenal de guerra, mas para apurar dinheiro.

A importância desta espécie de contrabando fora bastante significativa dada os inúmeros enfrentamentos e guerras ocorridas ao longo da fronteira naquele período.

O fato é que os rebeldes farrapos jamais poderiam ter vencido os imperiais a menos que recebessem auxílio externo da Argentina e do Uruguai através de um sistema de contrabando montado com habilidade. As lutas puderam prosseguir porque agentes do governo local, chefes militares e todos os envolvidos ante as necessidade permanentes, motivadas pela guerra, esqueciam certos escrúpulos e procediam conforme a circunstância.

Durante os constantes choques entre os colonos portugueses e espanhóis, o grande incentivo ao prosseguimento da luta eram os animais de tração e o gado para alimentação do exército. Usava-se habilmente do roubo ao inimigo, constituindo esta uma forma freqüente de dar-lhe combate.

Na consolidação da República e com o aparecimento de uma nova fase econômica no estado, influenciada por diversos fatores, tais como: o comércio marítimo, a melhoria das condições terrestres, o crescimento dos rebanhos, a consolidação da propriedade fundiária e a entrada dos colonos estrangeiros, o Rio Grande do Sul estava com a sua economia revigorada, mas a organização fiscal não acompanhou toda esta evolução. E o contrabando, que outrora estava quase que

circunscrito ao gado e aos produtos dele extraídos, cresceu diversificando suas práticas e a natureza de seus produtos.

Comenta CÉSAR (1978, p. 95):

Com efeito àquela época o regime de trocas não havia sofrido maior transformação, no sentido de modernizar-se, canalizando frutos para a Alfândega e normalizando as transações. O contrabando continuava de pé, com vitalidade superior a dos ajustes até ali firmados por ambas as coroas ibéricas, em torno de suas colônias sul-americanas.

Àquele período, ao lado do comércio regular proliferou com muito mais força e persistência um contrabando sem freios, principalmente de produtos agropecuários, pois a passagem de rebanhos para além fronteiras era mais do que favorecida, devido ao fato de que as comunicações terrestres davam ao Rio Grande do Sul melhor acesso às repúblicas vizinhas do que as demais unidades da federação.

Conforme CÉSAR (1978), o estado do Rio Grande do Sul, durante o seu desenvolvimento econômico, sofreu mais do que qualquer outro estado brasileiro, o contato, a similaridade de economias e a concorrência direta de outros países vizinhos. E sofreu-a num ramo da economia que fora até então o principal fator de riqueza de toda a área: o regime pastoril.

Os contrabandistas, àquele período, colocavam-se acima do espírito de nacionalidade, não pertencendo nem aos portugueses, nem aos espanhóis. Mantinham relações com quem lhes comprasse mercadorias e eram ponto de contato geral, além fronteiras. Ajudaram a quebrar o monopólio, por outros caminhos, é certo, mas conduziram povos inimigos a liberdade de comércio, base do capitalismo liberal.

1.2 As particularidades históricas do Rio Grande do Sul em relação às demais regiões brasileiras

1.2.1 O papel da economia do Rio Grande do Sul da colonização ao Império

O objetivo desta seção é posicionar historicamente o estado do Rio Grande do Sul em relação à economia, política e organização social nacional, procurando, com isso, demonstrar as particularidades dele em relação as demais regiões do país.

A idéia é inicialmente detalhar a história econômica e política do estado do Rio Grande do Sul relacionando-a com a política nacional do período colonial ao imperial. Num segundo momento, analisar-se-á as particularidades históricas do estado, enfocando-se a questão das características de sua organização social, e por fim apresentar algumas considerações sobre a Revolução de 1835.

Inicia-se analisando o processo de formação da economia riograndense durante a fase do colonialismo mercantilista e a sua consolidação após a Independência como economia subsidiária da economia central àquele período. Tal situação vai caracterizar o estado como politicamente dependente em relação as regiões centrais do país, entravando o seu desenvolvimento econômico.

Como se vê o estado riograndense é antes de tudo o campo, pois, como enfatiza FERREIRA FILHO (1978, p. 25): "Aqui nenhuma dádiva aflorou do solo a não ser as ricas e opulentas pastagens".

Na verdade, veio a ser por este atrativo e pela economia que decorria deste, a agropecuária que a região sulina vai adquirir ao final do século XVII importância econômica dentro do contexto expansionista da época.

É importante destacar a posição do estado do Rio Grande do Sul frente ao processo expansionista português no período colonial. O fator decisivo para o início desta expansão territorial²⁰ foi o chamado "mercantilismo", ou seja, a busca de riquezas materiais (minas de ouro e prata), sob os estímulos do mercado mundial. As nações, àquele período, buscavam antes de tudo o "*enriquecimento*" através de um processo de expansão territorial e comercial.

Motivado por estes objetivos mercantilistas e compelido a expandir-se o estado português dá um passo ousado na extensão de seu território, fundando em 1680 "Colônia do Sacramento", domínio Luso que é estrategicamente implantado do outro lado do Estuário de Buenos Aires, sendo um projeto oficial do estado, para através das bandeiras, penetrar na Bacia Platina assegurando, desta forma, o domínio das margens do Rio da Prata²¹.

Pode-se dizer que inicia, a partir de então, a principal função da região

²⁰ Ao término do domínio Espanhol (1580-1640), inicia-se a decadência do Estado Português. Este ao recuperar a sua Independência, subordina-se a Inglaterra. Em crise a metrópole passa a depender do Império brasileiro que se torna a base de sua sustentação econômica.

²¹ A possibilidade de navegação através do Rio da Prata era de vital importância para Portugal, pois facilitaria a conexão com Potosi e a reativação do comércio da prata para a Espanha, assim como se criavam as condições para a conquista de Buenos Aires, objetivo claro dos portugueses.

sulina²², como ponto estratégico de apoio e conservação do domínio luso na Bacia Platina. A região, a princípio, demarcava o limite extremo sul do objetivo português que era a defesa de seus territórios²³, sendo que a faixa litorânea sulina era considerada uma importante linha de suprimentos para àquele território português implantado no estuário platino. Assumindo o estado do Rio Grande do Sul, então, sua função estratégica, como ponto de apoio para conservação do domínio português.

Mas os interesses na região tornaram-se mais complexos a medida que na primeira metade do século XVIII, a ocupação do oeste e a mineração com as descobertas de ouro estenderam as fronteiras do Brasil impulsionando a formação de um mercado interno na região²⁴ e fomentando o desenvolvimento de uma nova atividade econômica na região. A produção de carne seca e salgada denominada charque e destinado ao abastecimento das zonas de mineração. Neste momento passam a adquirir relevância os rebanhos de gado do Rio Grande do Sul, advindo, esta importância, da necessidade de abastecer a Colônia do Sacramento, como também da necessidade de pastagens para a criação de gado bovino, cavalos e mulas para os campos de ouro e diamante de Minas Gerais.

Portanto, o interesse português na região riograndense e Platina passa a ser, a partir de então, o gado “*chimarrão*” que proliferava na Bacia Platina, desenvolviam, estes, o comércio de couro e carne de charque; dois produtos que pela sua crescente importância naquele período passaram a monopolizar.

Portanto, vem a ser com o advento da fundação da Colônia do Sacramento, pelos portugueses, que se inicia aquela que seria a principal base econômica do Rio Grande do Sul, a pecuária. Convém salientar que esta atividade pastoril introduz-se no estado nos primórdios do séc. XVI através, das missões jesuíticas seicentistas. Onde jesuítas espanhóis em posse do distrito das missões trouxeram o gado para os campos do planalto central, mas devido aos freqüentes confrontos entre os

²² Devido a necessidade de abastecer a Colônia do Sacramento os portugueses ocupam o planalto central. Em 1736 é fundada a Vila Fortificada denominada “São Pedro do Rio Grande do Sul”. Em 1807 este é declarado Capitania e em 1821 torna-se a Província do Reino do Brasil.

²³ “Este território durante muitos anos foi cenário de um contínuo Estado de guerras, pois Espanha e Portugal e posteriormente a Argentina e o Império brasileiro contenderam-se em torno dos limites de seus domínios.”

²⁴ Ao findar o século XVII o contexto econômico colonial brasileiro sofre um processo de renovação motivado pela decadência da economia açucareira, logo compensado pela descoberta de ouro e diamantes na zona de Minas Gerais. O pólo de atração da colônia, interioriza-se passando a concentrar grandes massas populacionais, com grande poder aquisitivo e localizadas a distancia do litoral.

jesuítas espanhóis e os colonos portugueses na área, os rebanhos de gado selvagem perderam-se no interior da campanha no século XVIII.

Circunstancialmente estâncias luso-brasileiras começaram rapidamente a penetrar na campanha, com o objetivo de desenvolver economicamente a atividade pecuária através da produção de carne seca e salgada conhecida no Brasil Meridional e no Prata como charque²⁵.

No período colonial, o Rio Grande do Sul vai integrar-se bastante tarde a economia predominante no restante das regiões coloniais, devido a sua desvinculação da estrutura produtiva predominante no Brasil Colônia, que era a agricultura para a "exploração", base da mentalidade mercantilista da época. O estado então vai carecer de sentido econômico, dentro de um contexto de "acumulação primitiva" que se verificava (exploração através do excedente produzido nas colônias a fim de ser acumulado na metrópole).

Percebe-se que na década de 80, ao final do século XVIII, com a decadência da mineração, manifesta-se um retraimento da procura de gado para corte e transporte, ocorrendo a mercantilização da pecuária sulina, através do charque e do trigo²⁶ como produções especializadas a atender o mercado interno brasileiro. Criando-se, portanto, um mercado regional para este produto tanto para alimentar as tropas quanto para os escravos utilizados na época como mão-de-obra nas lavouras.

Em síntese, a integração econômica do estado do Rio Grande do Sul ao resto do país só foi possível através de uma "economia subsidiária da economia central", pois a atividade de criação nas estâncias e a produção de charque existiam tão somente em função das necessidades de alimentação das capitanias centrais, do nordeste e das minas do Brasil.

Observa-se que esta situação não se modificou durante o período Imperial (1822-1889)²⁷, pois a economia riograndense continuou a orientar-se ao fornecimento para o mercado interno brasileiro, através da pecuária e dos produtos dela extraídos, principalmente o charque, ou seja, uma economia agropastoril

²⁵ O Charque veio a transformar a economia sulina, criando um novo valor e um mercado regional para a carne, que passou a servir de alimento para os escravos e para as tropas em guerra.

²⁶ O trigo gaúcho neste período enfrentou diversas dificuldades, tais como a ausência de amparo governamental, precariedade técnica e a requisição pela coroa da produção de alimentos para as tropas com promessas de pagamento futuro que não eram cumpridas.

²⁷ No período pós independência inicia-se o processo de degradação do sistema colonial, quebrados os vínculos com a Metrópole portuguesa a monarquia brasileira, volta-se para a Inglaterra, subordinando-se economicamente a esta.

subsidiária, porém voltada neste período para a agroexportação das regiões centrais do café.

É relevante considerar-se que, neste período, em decorrência desta característica da economia do estado do Rio Grande do Sul, esta se encontrava sempre dependente das decisões políticas dos centros de poder. O fato é que as regiões centrais, estavam, há época, voltadas para os interesses do café (predominante como economia agroexportadora), utilizando, portanto, fortes medidas de cunho cambial²⁸, que sempre prejudicaram as economias periféricas como a gaúcha, conseqüentemente entravando o desenvolvimento econômico do estado.

Na realidade, esta dependência do estado do Rio Grande do Sul em relação ao centro do país, trazia conseqüências importantes relacionadas ao desenvolvimento econômico do estado. Impedia-o de interferir na política econômica do país, sendo desta forma prevaletes os interesses centrais, aos quais convinha baratear os gêneros de subsistência ao trabalhador nacional, base da economia sulina.

Portanto na área política predominava a dominação e o centralismo exercido pelo governo federal em relação ao estado do Rio Grande do Sul denotando uma característica histórica que sempre esteve presente. A história nos demonstra exemplos deste fato: em 1793 a coroa proibiu a entrada do trigo riograndense em Portugal, prejudicando o produto que, conseqüentemente, perdia mercados. Este ato era motivado pela mentalidade mercantilista predominante na época que impedia que quaisquer produtos concorressem com as economias metropolitanas.

Outro fator refere-se ao centralismo exercido pelo governo federal em relação ao Rio Grande do Sul. As nomeações dos presidentes das Províncias eram realizadas pelo governo central, exercendo os presidentes o seu governo de acordo com os interesses da aristocracia cafeeira, classe detentora do poder econômico e político naquele período.

Portanto, a forma encontrada pelo sul para sobreviver frente à concorrência interna com as outras regiões do país foi conquistar os mercados da região platina,

²⁸ No tocante aos impostos, o charque sulino era onerado pelas altas taxas de importação sobre o sal, sendo que os pecuaristas também eram obrigados a pagar altas taxas sobre a légua de terra. Por outro lado o charque uruguaio, concorrente do gaúcho pagava baixo imposto nas alfândegas brasileiras. Por traz do tratamento preferencial ao produto estrangeiro manifestava-se o interesse do centro em pagar baixo o alimento para seus escravos.

para onde exportava feijão, arroz e importava o trigo aproveitando fretes de retorno. Com o avanço dos ideais republicanos em todo o país, através da fundação de vários partidos republicanos, os dias do Império estavam contados. No dia 15 de novembro de 1889 um golpe militar, com o apoio de civis, sob o comando do Marechal Deodoro, pôs fim a este período histórico no país.

1.2.2 O papel e as particularidades do Rio Grande do Sul na política nacional durante o período da República Velha (1889-1930)

Demonstra-se, nesta seção, o papel do Rio Grande do Sul na política nacional, no período de 1882 a 1908 e, que será determinado pelo lugar ocupado pela província em relação à economia nacional.

O papel desempenhado pelo estado do Rio Grande do Sul no período da Primeira República vai ser influenciado de sobremaneira pelo lugar ocupado pela província em relação à economia brasileira.

Torna-se importante ressaltar que a economia brasileira continuava nesta época centrada na produção para exportação de produtos agrícolas, denominada economia primário-exportadora.

Como já vimos, a formação econômica do estado do Rio Grande do Sul baseou-se numa economia subsidiária da economia central de exportação, fundamentando-se na agropecuária (atividade pastoril orientada para o mercantilismo através do charque) orientando-se dessa maneira unicamente para o abastecimento do mercado interno, como fornecedor da alimentação para os escravos e o exército.

Observou-se que tal situação vai continuar a demarcar a economia riograndense, no período analisado, Primeira República, primeiro como dependente, no sentido de que produzia produtos de baixo valor e para um mercado competitivo. Um exemplo eram as altas taxas cobradas pelo Governo Central sobre a "importação de sal", produto indispensável à alimentação do rebanho. Assim como os altos preços dos fretes que acabavam por onerar os produtos pecuários que competiam desfavoravelmente em relação aos concorrentes nacionais e platinos.

Segundo, era uma economia descapitalizada, pois devido à baixa renda de suas atividades produtivas não havia condições de investimentos na renovação da estrutura produtiva e como decorrência o rendimento tornava-se bastante baixo.

Além disso, muitos outros problemas econômicos afligiam o estado tais como: um sistema agrícola inadequado, com os produtos gaúchos competindo com os do centro em condições desvantajosas.

Em suma, a economia do estado do Rio Grande do Sul, devido a sua desvinculação da agricultura agroexportadora, predominante no resto do país e pelo seu caráter de economia periférica (fornecedor para o mercado interno) tornara-se, por efeito, uma economia dependente das políticas econômicas das regiões centrais (principalmente Minas Gerais e São Paulo), que, àquele período, detinham o poder político.

Dependência econômica que, em contrapartida, gerava uma dependência política, pois eram sempre preservados os interesses das economias centrais aos quais convinhavam, sem dúvida, baratear os gêneros de subsistência que consumiam. Assim como beneficiar a economia predominante àquela época representada pelo café que recebia programas de valorização e omissões governamentais enquanto que ao Rio Grande do Sul só restava o apoio a medidas que vinham totalmente contra os seus interesses econômicos em troca de uma legislação favorável aos seus produtos. O papel do estado do Rio Grande do Sul na política nacional também vai ser determinado e influenciado pelo modo como estava estruturado o sistema político brasileiro àquela época.

É relevante destacar que o sistema político brasileiro, principalmente na época da Primeira República, caracterizava-se por possuir frágeis estruturas políticas, sendo que, partidos políticos com tradição e longa duração praticamente inexistiam (a não ser em alguns estados e especialmente no Rio Grande do Sul, onde a unidade básica da organização política era o partido estadual). Quem sem dúvida, detinha o poder político e econômico eram as oligarquias, que estavam vinculadas diretamente com o setor primário exportador e deste se beneficiavam.

O posto presidencial constituía-se na chave de toda a legislação e do patronato econômico. O presidente não só detinha o controle do executivo, como se constituía num poderoso instrumento de controle do Congresso. Assim, controlando-se o Executivo assegurava-se uma legislação econômica e financeira favorável ao estado. Assim, também, a presidência tratava-se de uma chave para o controle do governo dos estados menores, pois o presidente não só possuía o poder de distribuir o patronato federal como também dispor do exército para depor quaisquer governadores que se opusessem a sua política.

O sistema político brasileiro também se caracterizava por possuir uma baixa "mobilização política". Segundo LOVE, (1965) a percentagem da população participante das eleições de 1910 a 1930 foi de apenas 0,3%. Decorria este fato do controle dos coronéis nas áreas rurais, onde viviam cerca de 90% do povo brasileiro por volta de 1920.

Dentro desta perspectiva, percebe-se que os "estadistas", neste período, não conseguiram desenvolver "instituições políticas" viáveis. Particularmente não criaram partidos políticos que ultrapassassem os limites estaduais assim como foram incapazes de eliminar as crises potenciais da sucessão presidencial. Conseqüentemente a mobilização política permaneceu baixa.

Em resumo, o "controle coronelista" exercido pelos chefes locais, geralmente proprietários ou latifundiários caracterizava àquela época o sistema político brasileiro como um todo.

A típica representação desta situação era a "política dos governadores" onde a ampliação do eleitorado e a permissão aos estados de eleger seus próprios governadores vão dar aos "coronéis" papel preponderante na política onde o fator básico era a competição Intrapartidária, pelo controle dos governos estaduais, uma vez que os governadores não eram mais nomeados por um imperador situado no Rio de Janeiro. Os partidos de Minas Gerais e São Paulo trabalhavam juntos para determinar a sucessão presidencial, São Paulo e Minas Gerais pela defesa do café e o Rio Grande do Sul na procura de vantagens para as atividades pastoris.

Sendo assim, a "política dos governadores" passou a ser um jogo pela conquista do patronato e privilégios econômicos entre os estados e os partidos estaduais reduziram-se a pouco mais que oligarquias. A aliança entre São Paulo e Minas Gerais, buscando cada um destes estados defender os seus interesses econômicos, mantinham-se no poder indefinidamente, solapando a legitimidade do poder político e impedindo a ascensão de novos grupos (grupos urbanos, elementos reformistas do exército e partidos minoritários) ao poder.

Conforme LOVE (1965), três estados dominavam econômica e politicamente o Brasil, à época da primeira República: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, respondendo estes por mais da metade da produção agrária e industrial da nação. Além disso, todos eles tinham um interesse direto em ganhar o controle da administração federal, com o claro objetivo de assim poder amparar as suas atividades econômicas.

E nessa competição política o Rio Grande do Sul, aliado ao Exército, formava uma base alternativa para a obtenção do Poder Nacional. Porque o estado não estava voltado para a economia agroexportadora predominante no país, especialmente nos estados "cafeicultores" Minas Gerais e São Paulo, onde a principal fonte de receita durante este período era as taxas de importação e exportação. Ainda segundo LOVE (1965), salienta-se que no país a agricultura "agroexportadora" foi o esteio principal de todos os estados, durante a primeira República, em São Paulo e Minas Gerais a agricultura significava café. Na década de 1911-1920 o café representou 53% do valor total das exportações brasileiras, sendo que no decênio seguinte, o percentual subiu a quase 70%.

Dentro desta perspectiva, ao estado do Rio Grande do Sul coube somente proteger o mercado interno para os seus produtos pastoris. Os líderes políticos do estado buscavam do executivo Federal infra-estrutura para a agropecuária, principal atividade econômica do estado, meios de transporte que atendessem ao mercado interno e externo e estabilidade de preços internos, objetivos nem sempre compatíveis com a estabilidade da moeda e com os interesses das elites que detinham o poder político.

Mas, principalmente, buscavam manter a carne estrangeira fora do mercado brasileiro, pois a produção de charque continuou como a principal atividade das estâncias de gado durante toda a República velha, sendo que no fim do período o Rio Grande do Sul respondia por cerca de 80% da produção nacional bruta.

Por exemplo, durante todo o século XIX os gaúchos haviam enfrentado severa concorrência econômica dos estancieiros da Argentina e do Uruguai, não podendo, portanto, competir com uma produção em larga escala e com baixo custo, exceto quando rebeliões políticas desorganizavam a produção Platina.

O problema do Rio Grande do Sul eram as distâncias entre as estâncias e as grandes charqueadas, pois, segundo LOVE (1965), o sistema ferroviário no estado era precário, os gaúchos ainda no final de 1890 tinham de locomover seus animais através das estradas boiadeiras, em jornadas que duravam de 10 a 15 dias. Já as indústrias de carnes argentinas e uruguaias, por possuírem capital e incentivo governamental, tinham se adiantado muito em comparação com as operações riograndenses. O Uruguai com tecnologia mais moderna em suas indústrias de carnes podia vender charque no Brasil a preços mais baratos que os do estado.

Em suma, o sistema político brasileiro na Primeira República caracterizava-se

pelo controle e encaminhamento das questões políticas através de coalizões de partidos estaduais com o apoio explícito e implícito do exército, sendo que o controle do poder político era dado aos estados mais poderosos economicamente e que se beneficiavam da economia agroexportadora, predominante no país naquele período. Estes "estados fortes" detinham o controle da administração federal através de alianças e manipulações políticas, onde controlavam o Congresso Federal, com o objetivo de obter vantagens para as suas atividades econômicas.

Conseqüentemente, durante esse período, o Rio Grande do Sul manteve-se isolado da política nacional frente à política de alianças de São Paulo e Minas Gerais, no período de 1894-1910, não fornecendo quaisquer ministros ou presidente e sofrendo as conseqüências de uma dependência econômica devido a ser um estado subsidiário da economia central. Assim como dependência política, por não conseguir o apoio necessário do governo central as suas atividades produtivas.

1.2.3 As particularidades do Rio Grande do Sul no campo político, no período de 1909 a 1930

No período da República Velha a estrutura política do Rio Grande do Sul caracterizou-se por uma polarização política extremada. Predominavam na política estadual dois grandes partidos com orientações ideológicas e políticas antagônicas. O PRR (Partido Republicano Riograndense), de caráter presidencialista e norteado pela figura de Júlio de Castilhos e pelo ideal positivista e o PLD (Partido Liberal Democrático), de caráter parlamentarista e orientação liberal sob a liderança de Silveira Martins. Como comenta MALFATTI (1988, p.147):

Antes de Borges de Medeiros assumir o poder, no Rio Grande, ocorre a cisão sistemática entre liberais e positivistas. Esta cisão se bipolarizará entre os partidários de Julio de Castilhos e Silveira Martins, encarnadores dos dois ideais positivista e liberal.

Conforme MALFATTI(1988) a hegemonia política do Partido Liberal no Rio Grande do Sul data de 1872, quando este partido tomou o controle da Assembléia Provincial, derrotando o Partido Imperial Conservador e permanecendo a partir daí como força dominante no estado. Já o notável progresso do PRR em face da dominação do partido Liberal deveu-se a um grupo de advogados da Faculdade de Direito de São Paulo, formados entre 1878 e 1885, que incluía, Assis Brasil, Julio de

Castilhos, José Gomes Pinheiro Machado, Borges de Medeiros e outros. A criação do PRR ocorreu em fevereiro de 1882, ano em que estes "republicanos gaúchos" efetivaram a primeira convenção do Partido, data em que foi formalizada sua organização sob o endosso do "Manifesto Republicano", documento que continha o programa básico do PRR, cujo traço marcante era o ideal federalista.

Já logo após a sua criação, o PRR consolidou-se, tornando-se a partir daí a unidade básica da organização política do estado. Este "Partido Estadual" logo se distinguiu, sensivelmente, em relação aos demais partidos políticos existentes no país, sendo de fundamental importância na definição das características políticas do Rio Grande do Sul neste período.

A partir de então predominou no sistema político riograndense a centralização e a organização sob bases ditatoriais, onde a "Constituição de 14 de Julho" (nenhum membro da oposição ocupou um cargo público no Rio Grande do Sul, enquanto Castilhos dominou a política local, assim como, não houve nenhum político, do PRR, no congresso, nas posições de poder central desde 1893 até a morte de Castilhos) vai emprestar a figura do governador, uma autoridade legal equivalente a autoridade ditatorial.

Pode-se observar que, a particularidade da política riograndense em relação ao resto do país devia-se a enorme importância do partido na organização política do estado, onde hierarquicamente o chefe vai dispor de todo o poder político. Detinha este o poder de cancelar eleições municipais e de interferir na política local mediante decretos. Possuía também todo o controle dos assuntos partidários mesmo nos municípios, devida a extrema lealdade dos coronéis ao chefe do partido.

O coronelismo prosperava no estado, tal qual no resto do país, sendo que a grande maioria dos líderes oficiais e mesmo os oposicionistas eram membros da classe dos proprietários de terras (latifundiários). A fraude e a violência, características intrínsecas do sistema coronelista, predominavam também na política riograndense, onde se destaca a imensa capacidade dos partidários do PRR de mobilização de votos em seus distritos, através de meios violentos e fraudulentos.

Outro ponto, desta particularidade, é que no estado do Rio Grande do Sul o "Coronel" obtinha posição de destaque no partido oficial devido a sua lealdade ao partido e a sua disposição de acatar as ordens do líder partidário, sendo que as nomeações eram realizadas frente as exigências de lealdade incondicional à liderança do partido. Já no resto do país, os coronéis obtinham as suas posições

basicamente em função de seu poderio econômico e prestígio social dentro de certa área.

Observa-se que o PRR possuía também uma íntima relação com os militares que se desenvolvia sob a forma de alianças. A "Brigada Militar" constituía-se num verdadeiro exército estadual, tão bem equipada quanto seu correspondente federal e comandada por um oficial de carreira, afastado do exército sob licença, era eficiente, poderosa e empregada para fins políticos, como força de sustentação as regras impostas pelos detentores do poder. Dentro desta perspectiva pode-se destacar que este fato advinha da presença maior no Rio Grande do Sul de uma vocação ou "espírito militar", devido a sua posição estratégica ao longo da fronteira com os países da bacia do prata, servindo de sustentáculo a quaisquer operações militares nesta região.

Um exemplo desse fato é que durante toda a República manteve-se a tradição de estacionar 1/4 do potencial do exército nacional no Rio Grande do Sul, sendo que o comando do Distrito Militar (terceira região, após 1919) era um de seus órgãos mais importantes.

Uma das características políticas deste período era a procura de autonomia das províncias, pois num vasto país como o Brasil, caracterizado por uma série de economias não integradas, a preocupação das elites políticas era a de buscar a autonomia provincial, procurava-se a autonomia quase sempre associada ao federalismo. Por exemplo, no período imperial, opondo-se ao objetivo unitarista do imperador, destacavam-se as correntes que defendiam o Federalismo e por via de consequência uma autonomia mais ampla das províncias.

Porém, no estado do Rio Grande do Sul, o nacionalismo e a visão de que os objetivos do progresso econômico social e cultural só poderiam ser alcançados numa estrutura independente, assim como uma mais nítida consciência de grupo e de pertencer a um estado, eram muito mais acentuados e nesse sentido as idéias federalistas construíram-se com mais força, em nosso estado, do que no resto do país.

A Revolução Federalista, guerra civil que ocorreu em 1893 é um exemplo claro da importância do Federalismo no estado. Liderada por Gaspar Silveira Martins, ela visava a extinção da Constituição de 14 de Julho, restaurada por Julio de Castilhos após a sua posse como governador do Rio Grande do Sul e principalmente a substituição do sistema presidencialista estabelecido na

Constituição Nacional por um regime parlamentar.

Outro exemplo é o ato de Julio de Castilhos, quando nomeado para a Comissão dos vinte e um, (grupo composto por representantes de cada estado e do Distrito Federal, encarregados de fazer a revisão final ao projeto de Constituição de 1891), quando declarou os principais objetivos federalistas do estado: de assegurar a demarcação rigorosa dos impostos federais e municipais, evitando a dupla taxação; o direito dos estados de conceder privilégios a bancos de emissão; de estabelecer Códigos Civil, Criminal e Comercial; de regulamentar e taxar jazidas de minerais e de controlar territórios sob o domínio público.

Enfim, o estado do Rio Grande do Sul, politicamente, diferenciava-se dos demais estados brasileiros na medida em que existia aqui um comportamento político que privilegiava a existência de um estado nação mais amplo e onde a busca de autonomia provincial e do ideal "federalista" era muito mais intensa, ainda que sob o risco de comprometimento da própria unidade e paz política do estado.

Mas o federalismo não constituía o único traço marcante no comportamento político gaúcho. Este era influenciado de sobremaneira por uma "ideologia política", o positivismo de Auguste Comte, que vai demarcar a política do estado, diferenciando-a do resto do país. O partido estadual (PRR), assim como o republicanismo gaúcho possuíam uma filosofia, sendo que aqui a razão política e dos partidos não era a mera defesa de interesses econômicos e a procura de favoritismo, características que demarcavam a política nacional como um todo.

Esta ideologia positivista vai influenciar, principalmente, Julio de Castilhos, que como chefe do principal partido estadual (PRR) e líder político vai exercer influência e domínio sob os republicanos gaúchos. De fato, a personalidade e a ideologia de Castilhos vão marcar de sobremaneira os acontecimentos políticos subseqüentes da história do Rio Grande do Sul.

Sem a pretensão de uma análise detalhada da doutrina positivista, destacar-se-á os princípios positivistas que vão influenciar a política gaúcha: Auguste Comte acreditava que os fenômenos sociais podiam ser reduzidos a um conjunto de leis científicas. Via a história em desenvolvimento através de três grandes estágios epistemológicos: o teológico, o metafísico e o positivo, na fase final, denominada positiva, tanto os fenômenos sociais quanto os físicos seriam explicados segundo leis científicas, porém, este último estágio teria de ser introduzido somente através de uma "ditadura republicana", Comte também dava grande ênfase à ordem; com

efeito, definia o progresso como o desenvolvimento da ordem.

Julio de Castilhos vai extrair do pensamento de Comte, a crença na forma de governo republicana e ditatorial, defendendo fervorosamente a ordem como base do progresso social. Nas questões políticas, Castilhos adere fielmente aos preceitos de Comte em relação à conduta e à organização governamental. Insiste no equilíbrio orçamentário, no executivo funcionando através de plebiscitos, no legislativo com poderes limitados à aprovação da receita e da despesa. Logo, os ideais políticos deste líder são realmente colocados em prática no Rio Grande do Sul.

Em novembro de 1892 Castilhos elege-se governador e em 25 de janeiro de 1893 é empossado como o primeiro presidente do Rio Grande do Sul eleito por eleitores populares.

Isolados e autônomos em relação a política nacional e sob o domínio de Castilhos, os riograndenses não forneceram quaisquer ministros ou presidentes de 1894 a 1910, pois os partidos de Minas Gerais e São Paulo sempre trabalharam juntos e coesos para determinar a sucessão presidencial e na defesa de seus interesses econômicos, através de medidas federais que beneficiavam a economia agroexportadora (A consolidação da República teve como base a política dos governadores passando a ser um jogo pela conquista do patronato e privilégios econômicos, sendo que os partidos estaduais reduziram-se a pouco mais que oligarquias). O poder político era o resultado lógico dos interesses econômicos aos dois estados cafeeiros.

Já em 1910, com a decadência da política do "café-com-leite" (São Paulo – Minas Gerais), aliados a um exército de peso e revigorados, os gaúchos estavam entre os principais concorrentes ao poder nacional, emergindo como força política. O PRR, apesar de excluído da Aliança mineiro-paulista, já não tinha de seguir e apoiar decisões destes dois estados, pois já possuía em grande quantidade, elementos seus no exército, isto desde a época imperial.

Iniciava-se nesta época uma transformação na natureza da política nacional, havendo, pois, um corte no processo em que uma administração sucedia a outra de maneira ordenada entre São Paulo e Minas Gerais. A partir de então o Rio Grande do Sul passou a ascender politicamente, primeiro sob o controle de Julio de Castilhos, após sob a liderança de Pinheiro Machado e Borges de Medeiros e, finalmente, uma participação em escala nacional com Getulio Vargas.

Em setembro de 1929 representantes dos partidos dirigentes de Minas,

Paraíba e Rio Grande do Sul, ao lado de líderes da oposição de outros estados encontraram-se na capital de Minas Gerais para lançar oficialmente a campanha de Getúlio Vargas para a presidência. A coalizão ficou conhecida como a "aliança liberal". A convenção por unanimidade nomeou Vargas Presidente e conforme combinações prévias escolheu o governador da Paraíba, João Pessoa, para seu companheiro de chapa. Refletindo a campanha de 1910, a eleição de 1930 colocou Minas Gerais e Rio Grande do Sul contra São Paulo e Bahia.

É importante destacar que Getúlio Vargas governou o estado apenas dois anos e neste curto período obteve importantes concessões econômicas do governo. Em sua própria esfera de competência fundou o Banco do Rio Grande do Sul, criado para estender o crédito a baixo preço aos interesses agrários e pastoris e seus derivados. Subsidiou o nascente comércio exportador de charque e arroz, diminuindo as taxas ferroviárias nas remessas destes dois produtos a portos estrangeiros, melhorou e subsidiou o sistema de transportes e facilitou o crédito. Em novembro de 1928 Vargas conseguiu a aprovação de um projeto no Congresso, proibindo o transporte de charque brasileiro através de portos estrangeiros, medida que beneficiava primordialmente o Rio Grande do Sul.

A participação de Getúlio Vargas em 1930 representou a primeira tentativa direta de um gaúcho a presidência da República. Mas 1930 não foi um ano normal, as dificuldades econômicas, a queda da República Velha, os descontentamentos políticos e principalmente as questões sociais ressaltaram-se no país, na década de 30, devido ao início do processo de industrialização e urbanização.

Surgiram novos partidos baseados mais em classes sociais do que em áreas geográficas; assim como novos agrupamentos políticos (comunistas, socialistas fascistas) vieram a influenciar o cenário político nacional. O mais importante é que novas linhas divisórias surgiram na política nacional, importantes setores das classes médias evoluíram desde um projeto oligárquico liberal, que era essencialmente conservador, rumo a um projeto democrático burguês que era sobretudo protecionista, nacionalista e revolucionário (dentro dos limites bem precisos, nos quais era possível ocorrerem transformações na estrutura produtiva e no sistema político de um país dependente quanto o Brasil). A opção por este último projeto satisfazia de maneira muito mais ampla as reivindicações específicas destas classes, pois estas se beneficiariam, na medida em que ampliassem as possibilidades de novos empregos, maior participação política e social, condições

estas que só poderiam ser cumpridas por uma reorganização qualitativa do sistema de poder com vistas a estimular e proteger o desenvolvimento econômico.

Portanto são estas as razões de fundo, que explicam a precipitação no cenário político, de líderes provenientes das classes médias que se empenhavam em dar impulso as transformações democráticas burguesas. Ou seja, vai ocorrer a necessidade de impulsionar os interesses do sistema de dominação em seu conjunto, para tratar de criar as condições indispensáveis para o desenvolvimento do núcleo central da acumulação capitalista : a base industrial.

O impulso industrial que havia sido iniciado nos anos de guerra, acelerava-se, havendo a necessidade de levá-lo adiante. Assim como questionar as arcaicas instituições políticas, jurídicas e culturais que se tornaram um freio para o desenvolvimento. Já o movimento operário (ao qual caberia a tarefa de empreender tal trabalho) estava numa fase de claro declínio que correspondia ao desgaste da orientação anarquista. A orientação marxista apenas começava a esboçar-se através da formação do Partido Comunista Brasileiro, mas sua base social era muito reduzida. Existia, portanto, no cenário político do país, um amplo espaço a ser ocupado pelos líderes das classes médias, os quais começaram a preenchê-lo, primeiro, através de manifestações isoladas (um exemplo é o levante do Forte de Copacabana em 1922), que logo foram assumindo a forma de contestação mais contínua e articulada até culminar, em 1930, com a Revolução.

As lideranças oriundas das "classes médias" vão crescendo e conquistando a adesão popular, representados pelos setores de origem camponesa e operária. Foi-se, então, firmando no Brasil, um clima revolucionário que punha em questão os aspectos mais retrógrados da dominação oligárquico-burguesa tradicional. A oposição ao regime institucionaliza-se, então, através da aliança liberal (partidos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba). Durante o governo de Arthur da Silva Bernardes, que se estende de 1922 até 1925, o presidente tem de recorrer ao estado de Sítio para manter a ordem. O governo seguinte, de Washington Luís, tem de enfrentar uma crescente onda de descontentamentos e agitações.

Aliado a isso, em 1930, Julio Prestes é declarado vencedor em eleições consideradas fraudulentas, em detrimento de Getulio Vargas, que havia sido governador do Rio Grande do Sul e candidato à presidência pela Aliança Liberal. Em outubro começa a rebelião no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Paraíba. As tropas gaúchas marcham rumo ao centro comandadas pelo próprio Vargas e pelo

tenente Góes Monteiro. Juarez Tavola, companheiro de prestes em sua coluna (o capitão Luis Carlos Prestes percorreu o país durante dois anos e meio combatendo as forças repressivas, sem infligir-lhes uma derrota sequer. A coluna se formou em 1924, adotando o nome de seu líder), toma com suas tropas a Bahia e o Recife. O país inteiro se agita, culminando com a vitória revolucionária.

A 3 de outubro de 1930, Getulio Vargas investiu-se no posto de Chefe do Governo Provisório, sendo que daí a oito dias suspendeu a Constituição, nomeando interventores em todos os estados. Caíra a República Velha e o Brasil tinha seu primeiro "ditador" desde o Marechal Floriano Peixoto.

O ciclo histórico e político que os historiadores denominam de República nova (1930-1964)²⁹ inicia-se com o chamado período autoritário populista (1930-1945). Fruto de um movimento armado, vitorioso, instaura-se um governo centralizado (governo provisório), em substituição ao federalismo da República Velha. Processa-se um sistemático desmantelamento dos mandonismos regionais das oligarquias e substituindo essa estrutura de poder oligárquico, desorganizado, rebustece-se o poder central da República e prestigia-se o fortalecimento do exército nacional, base de sustentação da nova ordem.

Os partidos políticos são dissolvidos e o Congresso Nacional é fechado, os presidentes dos estados são destituídos e substituídos por interventores nomeados e de confiança do novo poder central. Procedimento idêntico é adotado em relação aos municípios, onde os chefes locais (coronéis) são substituídos por intendentes de confiança dos interventores.

É convocada a Assembléia Constituinte, sendo que a Constituição de 1934, apesar de seus avanços democráticos ou por causa deles teve curta duração. Em 1937, através de um golpe de estado, com o apoio do Exército e das forças políticas civis que lhes davam sustentação, Getulio Vargas impõe ao País uma nova constituição, implantando a " ditadura do estado Novo"³⁰. O objetivo alegado é "a salvaguarda da ordem, da tradição nacional e das instituições ameaçadas pelos extremismos" .

²⁹ A República Nova pode ser dividida em duas fases bem distintas: o período autoritário-populista (1930-1945) e a fase democrático-populista (1945-1964).

³⁰ No Estado Novo o poder é assumido em caráter pessoal. Projeta-se a figura do chefe (ditador). Nesse período fecham-se os poderes Legislativos (Câmara de Deputados, Senado Federal e Assembléias Legislativas) suprime-se as eleições e proíbe-se a existência de partidos políticos. Nomeiam-se interventores nos Estados e prefeitos nos municípios, governando-se através de decretos-leis.

Em 1945, após a queda de Getúlio Vargas uma nova constituição reimplantou a representação parlamentar em bases geográficas, desmantelando algumas estruturas legais do estado Novo. Após este período, o Brasil não voltaria mais ao sistema político da República Velha, possibilidade que estava excluída por vários motivos: o poderio fiscal do governo federal, a relativa fraqueza das organizações policiais estaduais, o desenvolvimento dos partidos políticos nacionais e o apelo dos candidatos populistas nas áreas urbanas e independentes dos limites estaduais.

O processo de redemocratização iniciado em 1945 encontrou a nação despreparada e sem quadros políticos capazes. A ditadura, proibindo a prática política organizada continuava a cobrar o seu preço, após a deposição de Vargas em 1945 uma nova constituição reimplantou a representação parlamentar, desmantelando algumas das estruturas legais do estado Novo.

A nova constituição da República foi promulgada em setembro de 1946, sendo que a reconstitucionalização do país completou-se neste período através da eleição dos governadores de estado, das Assembleias Legislativas estaduais e dos prefeitos e vereadores municipais, além da elaboração de novas constituições estaduais e das leis orgânicas dos municípios.

Nos anos de 1945-1964 a política interna do Rio Grande do Sul tende a girar na órbita populista, através do PTB (Partido Trabalhista brasileiro) e de uma coalizão “anti PTB”. As forças populistas conservadoras de certa forma equilibravam-se no estado, sendo que o poder do PTB concentrava-se nas áreas urbanas e em alguns municípios da fronteira (onde alguns estancieiros ainda determinavam votos). Já a oposição conservadora encontrava-se, na maior parte, nas comunidades estancieiras e na zona colonial ao norte e a oeste da Capital.

Quanto a política nacional o Rio Grande do Sul ainda continuou a apresentar figuras de destaque, os membros da “geração de 1907” estiveram dentro e fora do Congresso e do Executivo até a década de 1950.

Em 1951, Getúlio Vargas retoma o poder, através do PTB. Decorridos três anos e meio, ante a expectativa de ser deposto pelos militares, suicida-se, sendo que a impressão que pretendeu deixar foi a de um mártir na luta do povo brasileiro contra certos interesses reacionários, não especificados.

No início dos anos 60, com um governo fraco, principia um processo de emergência político-popular, que adquiriu força, ameaçando os interesses conservadores da sociedade e da burguesia.

A burguesia nacional, sem forças e projeto político, abandona a sua tradicional aliança com o operariado urbano, articulando-se com a burguesia estrangeira. A sociedade civil, através de suas lideranças, revela-se incapaz de administrar e superar esta crise.

Não tendo condições de garantir com segurança a hegemonia política, a burguesia nacional e estrangeira, agora aliadas, não titubearam em apelar para os detentores das armas, para conter e controlar o ímpeto democratizante das camadas populares, em rápido processo de ascensão política. Em março de 1964, as forças armadas, com o apoio de setores civis e políticos representativos, intervieram na vida política do país, depondo o governo constitucional presidido por João Goulart e concentrando em suas mãos os poderes da soberania da nação.

A partir de então o país viveu, praticamente, vinte anos sob um regime ditatorial. O poder legislativo foi esvaziado perdendo suas prerrogativas fundamentais, imperando o arbítrio, como um regime autoritário e repressivo.

1.2.4 — As particularidades históricas da organização social do Rio Grande do Sul

Discutir-se-á aqui as particularidades da organização social do Rio Grande do Sul em relação as outras regiões do país.

O Rio Grande do Sul vai ter a sua organização social alicerçada sob as batalhas travadas entre duas nações secularmente rivais; Portugal e Espanha, eternamente em luta na busca pela extensão de seus territórios, sob o espírito belicoso e vida agitada heróica dos acampamentos militares que o estado português espalhou em diversos pontos da fronteira meridional do Brasil.

Sob a constante ameaça de invasão de seus territórios, o estado português fazia afluir para o Rio Grande do Sul todo o seu espírito de coletividade e de combate. A guerra foi, desde o início, uma consequência natural de nossa própria existência. Cada cidadão riograndense era um soldado disposto a defender a tranquilidade de seu "lar" ameaçado pela temeridade dos povos vizinhos.

A avançada militar foi um dos maiores fatores do povoamento do estado. Em torno de acampamentos militares nasceram Rio Grande, Pelotas, Bagé, São Gabriel, Rio Pardo, Itaqui, Alegrete e Santa Maria.

Pode-se dizer, no entanto, que ao lado do espírito de submissão ao colonizador e às ordens que vinham do centro, da metrópole, lentamente criava-se e

estendia-se um espírito de amor à terra e um sentimento de nacionalidade.

A situação geográfica do Rio Grande do Sul, separado do resto do país por serras e florestas, com uma única entrada, de difícil acesso, trazia, em si, uma peculiar dificuldade de povoamento, essencial ao domínio territorial do estado português.

No entanto, a floresta virgem acaba por tornar-se a grande área a ser povoada inicialmente, realizada através da imigração de colonos alemães e italianos, sob o regime econômico agrícola, com os colonizadores lusos estabelecendo aqui o sistema da pequena propriedade, através da cedência de pequenos lotes territoriais, caracterizando, desde o princípio, a sociedade riograndense como uma sociedade eminentemente interiorana e rural. Como bem salienta GOULART (1978, p. 23): "Foi nos campos que o povo gaúcho desenvolveu toda a sua história, onde se desenrolaram os seus dramas, na paz ou na guerra."

Realmente, as sedes dos municípios eram, àquela época, menos populosas que a campanha. Possuindo, esses pequenos centros, um comércio diminuto e sem importância, incapaz de formar uma classe preponderante de ricos comerciantes, assim como a indústria incipiente (apesar das charqueadas) não tinha capacidade de sobrepujar a influência dos proprietários rurais.

Em suma, foi a "campanha" que acabou por elaborar toda a nossa originalidade, foi ela, com seu espírito próprio, que reagiu contra a organização artificial dos centros mais populosos, diferenciando a nossa organização social da de outras regiões do país.

Pode-se dizer que a unidade orgânica da sociedade riograndense foi, sem dúvida, "o latifúndio pastoril" que representou papel relevante em nossa história e no comportamento de nosso povo.

Nas estâncias (expressão do meio pastoril e do latifúndio), os estancieiros, suas famílias e seus peões relacionavam-se sob uma organização patriarcal, formando um clã familiar bastante peculiar.

Formava-se, dentro das fazendas, em torno do chefe, uma espécie de solidariedade, pois os que terra não possuíam (pela pouca existência da pequena propriedade) viviam como agregados aos donos de latifúndios. Logo os reais dirigentes desta sociedade em formação foram, então, os possuidores de estâncias, os grandes donos de sesmarias, os acatados chefes de família, existindo neles, um sentimento de abnegação, de respeito e de caráter familiar, capazes de formarem

núcleos de estabilidade social.

É por meio deste sentimento de província que se sobressai o espírito militar do povo gaúcho e é através deste que mais fortemente vai manifestar-se um aspecto importante da psicologia social, que o diferencia de outras populações brasileiras, o sentimento associativo. A vitória na defesa da Província ameaçada, dependia em grande parte da solidariedade e da cooperação, sendo que os "caudilhos" que em outros pontos do Brasil eram incapazes de unir-se, aqui, levados pela necessidade de defender-se do inimigo secular, submetiam-se às ordens de um único chefe que encarnava a Província, não combatendo pois, pelo desejo de mando, pela ambição pessoal, mas pelo amor a sua terra.

A sociedade recebia, a sua mais forte orientação de vida nos "acampamentos militares". Eram nestes que os riograndenses reuniam-se com o ânimo do sentimento coletivo, sendo seu guia e condutor o comandante, de quem copiavam os hábitos, a altivez, a coragem e até o sacrifício.

E desta unidade militar se acentuava o sentimento provincial e destes sentimentos se originavam outros, que o reforçavam e o sustentavam. O sentimento belicoso e a admiração pelos grandes chefes levaram o povo gaúcho a conquista e a luta pela terra em que nasceram e viveram.

É deste amor pela terra que nasce, também forte, o sentimento de autonomia regional e a convicção de que seus descendentes eram tão dignos de admiração quanto aqueles que vinham da metrópole. Diz GOULART (1978, p. 32):

E a luta não é somente dentro da alma coletiva, no seio das sociedades, nas câmaras, nas estâncias ou nas famílias; encontra-se mesmo no âmago das almas dos indivíduos, nos instantes de hesitação que eles revelam em face de dois grandes sentimentos, a liberdade Regional e a unidade Nacional.

Em resumo, o latifúndio pastoril constituiu-se, na unidade orgânica da sociedade riograndense em formação desempenhando papel relevante no comportamento do povo gaúcho. Sendo que em seu núcleo, formou-se um acentuado sentimento de província, donde se sobressai o espírito militar e o forte sentimento associativo gaúcho.

O convívio com as batalhas entre Portugal e Espanha e a luta pela defesa da província ameaçada refletiram-se num nítido nacionalismo, que colaboraram para a busca de autonomia provincial que a região historicamente demonstrou e que a diferencia de outras populações brasileiras.

1.2.5 Algumas considerações sobre a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul

Como diz LOVE (1976, p. 14): “Franqueado por vizinhos de língua espanhola a oeste e ao sul, os riograndenses desenvolveram-se acostumados à realidade e as ameaças das guerras de fronteiras”.

E realmente percebe-se que só à época imperial o Rio Grande foi envolvido em quatro grandes guerras, guerra Cisplatina (1825-70), Revolução Farroupilha (1835-45); Guerras Platinas (1864-70); Guerra do Paraguai (1864-70).

E por esta razão, que se pode caracterizar o Rio Grande do Sul como um estado de profunda formação militar. Pela sua estratégica posição geográfica, o estado, desde a época de sua fundação foi a primeira linha de defesa contra inimigos reais ou potenciais da Prata.

Como se vê, em 1737 o Brigadeiro Silva Paés fundou o núcleo militar do Rio Grande, com o claro objetivo de organizar no extremo sul, um sistema de guarda avançada das fronteiras capaz de garanti-las contra os espanhóis e ao mesmo tempo, assegurar a Colônia do Sacramento um apoio militar eficiente. Portanto a origem do estado tem por detrás uma causa militar.

Na verdade, a maior parte do contingente populacional que participou do povoamento da região riograndense no período de sua fundação foi composta de militares. Os registros históricos provam tal fato.

Em Quaraí, por exemplo, os primeiros povoadores foram soldados vindos das guerras do Prata e da conquista das Missões. Em São Borja, os maiores estancieiros eram todos velhos generais das campanhas platinas. Portanto, percebe-se através deste exemplo histórico, a profunda formação militar daquela população, instalada na fronteira do estado do Rio Grande do Sul.

Dentre as quatro guerras anteriormente citadas e que ocorreram no Rio Grande do Sul no período imperial, destacar-se-á a Revolução de 1835, principalmente pelo fato de que vem a ser através de sua análise, que se pode perceber as diferenças existentes entre o Rio Grande do Sul e o restante do País. Primeiro porque esta revolução demonstrou todo o espírito separatista e a busca de autonomia presentes àquele período no estado. Em segundo lugar, ela foi uma revolução que mostrou toda a integração entre o Rio Grande do Sul e os países da Bacia do Prata.

Comandada pelo estancieiro Bento Gonçalves da Silva esta Guerra Civil

estourou em 1835 e durante dez anos enfrentou o Governo central, constituindo-se inicialmente em simples sedição para substituir o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, intensificou-se de tal forma que levou à Proclamação da República do Piratini.

Quando D. Pedro abdicou, o país achava-se sacudido por tremenda inquietação. Havia em todas as províncias um desejo generalizado de autonomia. Queixavam-se elas da excessiva centralização do governo federal que lhes tirava a iniciativa de medidas indispensáveis ao seu desenvolvimento.

O fato é que predominava no Brasil o Ideal Federativo e, mais do que em qualquer parte, no Rio Grande do Sul esse espírito era bastante presente. Teriam contribuído para isso os exemplos do prata, onde a Federação³¹ parecia definitivamente vitoriosa. Como diz GOULART (1978, p.73) :

O verdadeiro sentido da revolução de 35, e a federação, federação esta reconhecida pelas numerosas conquistas que as liberdades regionais obtiveram no Tratado de paz que assinaram com o glorioso Caxias. Esta fórmula da federação, reconciliando e equilibrando sentimentos predominantes da alma riograndense, era a única que exprimia a verdadeira aspiração do nosso estado e que estava de acordo com a nossa história.

Como se vê, o Federalismo está entre as causas mais profundas da Revolução Farroupilha, seguindo as de natureza econômica. E de fato, a economia riograndense passava por grave crise; pesados tributos recaíram sobre as atividades dos fazendeiros.

Os dízimos, a que estavam sujeitos todos os produtos da pecuária, o imposto de 100\$000 (Reis) por légua de campo e a taxa de 600 Reis cobrados por arroba de charque exportado abatia-se sobre o Rio Grande do Sul de modo asfixiante. O charque sobrecarregado de impostos, não suportava a esmagadora concorrência do produto platino, nos próprios centros consumidores brasileiros. E mais, os fazendeiros gaúchos tinham sofrido prejuízos enormes na última guerra sem que recebessem indenização alguma. Somado a isso, o completo abandono em que se encontrava a província àquela época, onde há tempos não se realizava nenhuma obra de utilidade, os quartéis eram pardieiros, inabitáveis, não se construía um palmo de estradas, não havia uma ponte nos rios, não se criava uma nova escola há muito tempo.

Em síntese, a província riograndense era àquele período explorada

³¹ Federação - federalismo: sinônimo de Estado federal, o Estado em que coexistem vários Estados em outro Estado que os compreende.

economicamente pela região central, sustentando guerras sem indenização, fornecendo alimento ao mercado interno sem a ajuda para a sua produção e sendo estes colocados no mercado a preços irrisórios e onerados por impostos absurdos.

Na verdade todos estes fatores contribuíram para que ocorressem no extremo sul insatisfações e revoltas contra o domínio e o descaso do Governo Central, aliado é claro ao predomínio no estado de idéias Federalistas e Republicanas.

De fato no cenário político riograndense coexistiam, opondo-se ao objetivo unitarista do Imperador, correntes que defendiam o Federalismo e conseqüentemente uma autonomia mais ampla das províncias.

É importante considerar que a Revolução Farroupilha, apesar das circunstâncias contrárias, procurou organizar-se como um estado moderno, progressista e principalmente impregnado de alta moral administrativa.

O fato é que quanto ao emprego do dinheiro público o governo republicano foi de inexcusável rigorismo. Os impostos eram moderados e os gastos se realizavam dentro da mais escrupulosa parcimônia.

Além disso, as realizações que o Governo Republicano do Rio Grande do Sul empreenderam foram inúmeras e suplantaram as realizadas no estado pelo Governo Central, à custa de muitos apelos e sacrifícios por parte da província até então.

Tratou a República de dar rigoroso impulso à instrução, que se achava estacionada desde a proclamação da Independência onde foram criadas aulas em todos os municípios, sendo que as multas recolhidas aos cofres públicos eram todas empregadas na defesa do ensino. Quanto a cultura, o Governo Republicano criou um Gabinete de Leitura que mais tarde foi transformado em biblioteca Nacional pela Constituinte de Alegrete.

E mais, no setor de comunicações, a república criou o serviço de correios, abriu novas estradas e realizou melhorias noutras. No tocante as realizações políticas, em 1839, embora empenhados nas lutas contra as forças imperiais, reuniram-se em Conselho Geral de Procuradores dos Municípios, destinado a indicar ao governo o que fosse mais urgente na reforma da administração (até a convocação da Constituinte o Governo era assistido pelo Conselho de Procuradores, órgão consultivo composto de um delegado de cada município). O sistema eleitoral instaurado era o sufrágio universal, com o voto obrigatório e apuração perante o povo reunido denotando uma clara maturidade democrática do governo.

Em 1837 libertavam os escravos que serviram e em 1838 fundaram a dívida

pública; diminuíram os impostos sobre as exportações de gado Vacum; restabelecendo os 10% sobre as importações e regularam as cobranças das rendas da república.

Em suma, os dez anos da República do Piratini foram de independência e autonomia em que os riograndenses libertaram-se da influência e da inspiração do Governo Central. Organizaram os rebeldes um poder perfeitamente estabilizado, que resistiu durante um decênio ao embate contínuo das forças do Império.

Pensa-se que a administração Farroupilha representou para o Rio Grande do Sul um admirável teste de capacidade política e governamental. Diferente do resto do país, os atos governamentais praticados aqui naquele período traziam um cunho de oportunidade social e atendiam às necessidades reais do povo gaúcho.

Um fato relevante dentre do contexto desta análise é que tanto o processo da Revolução Farroupilha quanto os atos políticos do Governo Republicano nos demonstram a intensidade da integração existente entre o Rio Grande do Sul e os demais países platinos.

Percebe-se que em 1841, no auge da Revolução, os rebeldes fizeram um tratado de aliança com Rivera (caudilho oriental), sob as bases de auxílio recíproco agindo estes homens como diplomatas hábeis e previdentes.

Durante a guerra era livre a passagem de tropas para a continuação do contrabando de cavalos, mulas e novilhas necessários à continuação dos combates. Um fato relevante nos destaca CÉSAR (1978, p. 178): "(...) os rebeldes farrapos jamais poderiam ter vencido os imperiais a menos que recebessem auxílio externo da Argentina e do Uruguai, através de um sistema de contrabando montado com habilidade".

Em relação à República Riograndense³², uma das primeiras preocupações do governo instaurado foi o restabelecimento de boas relações com os vizinhos mais próximos, como a República do Uruguai e as Províncias Argentinas confederadas de Entre Rios e Corrientes. Mandou-se uma embaixada ao ditador Francia, do Paraguai, que a recebeu com muita cordialidade. O fato é que esta amizade com os vizinhos do Prata foi necessária e trouxe vantagens consideráveis, permitindo através de seus grandes portos, Montevideu e Buenos Aires comercializar com os países americanos.

³² A República riograndense estava sempre aberta ao comércio internacional.

E enfim, em 1840 deu-se início ao processo de decadência da Revolução dos Farrroupilhas. Havia entre os rebeldes já uma profunda divergência quanto à condução da revolução, através do protesto dos deputados da Assembléia Constituinte da República (instalada em 1842) contra o autoritarismo de Bento Gonçalves, Presidente da República naquele período.

Em 1842 ocorre uma conspiração dos deputados constituintes contra Bento Gonçalves, sendo que em agosto de 1843, este renuncia a presidência passando o cargo a José Gomes Jardim.

Esta divisão nas lideranças republicanas demonstrava o desgaste interno da Revolução, e aliada a isto o Barão de Caxias em 11 de 1842, assume o comando das armas dos Imperiais e usando de estratégias habilidosas consegue vantagens sobre os Revolucionários. Entra Caxias em acordo com Oribe, Presidente do Uruguai, para impedir que os Republicanos se refugiassem do outro lado da fronteira, delimitando o campo de ação dos rebeldes.

Em 1844 os republicanos percebendo que a vitória tornava-se impossível, iniciaram as conversações de paz, que interessava ao Império do Brasil, pois a guerra tornara-se onerosa para os cofres públicos e além do mais a situação política àquele período novamente efervescia no Prata, pois Juan Manuel Rosas mantinha planos imperialistas, o que contrariaria os interesses do Brasil, possibilitando o surgimento de novos conflitos. E assim, o Governo Central necessitava com urgência de seu arsenal militar no Rio Grande do Sul.

Em 1845, Davi Canabarro, chefe do exército Republicano assinava, em Ponche Verde, o acordo de paz com os legalistas. A paz de Ponche Verde marcou o final da guerra civil farroupilha. Através deste acordo, foi garantida à oligarquia riograndense o ressarcimento pelos gastos de guerra, bem como foram estes reintegrados ao Exército Nacional nos seus cargos. Em breve esta oligarquia militar já estava novamente lutando pela causa brasileira, primeiro contra o ditador Rosas e após na Guerra do Paraguai.

1.2.6 Considerações finais

Sintetizando, observa-se que o processo expansionista, tanto português, quanto espanhol, ocorreu motivado pela implantação na Europa de um novo sistema econômico, o mercantilismo, que acarretou uma busca desenfreada da parte destas

duas nações por colônias de exploração e pela abertura de novos mercados de monopólios e absorção. Iniciaram-se, a partir de então, os conflitos permanentes entre estas duas expansões colonizadoras, movidas pelos mesmos objetivos econômicos : as possibilidades de riquezas advindas das zonas de mineração.

Conflitos estes que continuariam na região platina e nas planícies do extremo sul motivados, ali, pelas possibilidades de navegação através do Rio da Prata, onde buscavam a garantia do espaço físico necessário a manutenção das linhas do comércio.

No período imperial constata-se o processo de expansão territorial e hegemonia do Império brasileiro em relação aos demais países platinos. Utilizou-se, este, de uma política colonial e imperialista em relação a esses, destacando-se como grande potência e impondo um sistema de acordos e alianças que visava, tão somente, a consolidação de sua hegemonia em substituição à França e à Inglaterra.

O contato e a integração entre o estado do Rio Grande do Sul e as colônias de Espanha caracterizaram-se desde a fundação de Colônia do Sacramento, em 1680, por guerras e conflitos permanentes, motivados pela adaptação destas duas nações a um projeto mercantilista e monopolista a que estavam submetidas na época. Conflitos que só terminaram quando o atraso e a dependência destruíram internamente as economias dos países envolvidos.

Apesar das guerras e das divergências entre as Américas portuguesa e espanhola, a existência de uma realidade fronteiriça (particularidade do Rio Grande do Sul em relação aos países platinos); o posicionamento geográfico (separado do resto do país por entradas de difícil acesso) e a similaridade das economias, foram fatores chaves para o acesso e a expansão do estado em relação aos países platinos e, para a predominância histórica de fortes contatos culturais e econômicos entre estes.

Contatos, estes, que foram caracterizados pela existência de um livre comércio, exemplificado pelo contrabando que àquele período acabou por tornar-se necessário a sobrevivência econômica das colônias portuguesas e espanholas, prejudicadas pelo forte monopólio existente, realizado através de uma ditadura alfandegária.

Num segundo momento mostrou-se o Rio Grande do Sul como uma região diferenciada em relação às demais regiões brasileiras, onde se destaca o processo de formação da economia do estado, durante a fase do colonialismo mercantilista,

como uma economia subsidiária das economias centrais, agroexportadoras (Minas Gerais e São Paulo).

O papel desempenhado pelo Rio Grande do Sul em relação a política do país, no período de 1882 a 1909, foi determinado pelo lugar ocupado pela Província em relação a economia nacional, uma economia fornecedora de produtos agropecuários para o mercado interno brasileiro. Fato que a demarcou, historicamente, como uma economia dependente das políticas econômicas das regiões centrais, pois se buscou sempre a preservação dos interesses econômicos agroexportadores centrais, aos quais convinham baratear os gêneros de subsistência consumidos.

Também vai ser determinado pela estrutura do sistema político nacional no período (fragilidade — controle coronelista). O controle do poder político era dado aos estados poderosos economicamente e que se beneficiavam da agroexportação predominante no país. Minas Gerais e São Paulo detinham o controle da administração federal, através de alianças e manipulações obtendo, desta forma, vantagens para suas atividades econômicas. O Rio Grande do Sul manteve-se isolado da economia e política nacional, frente a essas alianças, sofrendo, pois, as conseqüências de ser um estado com uma economia subsidiária.

Observa-se que as características políticas predominantes, naquele período, no Rio Grande do Sul e que o diferenciavam das outras regiões do país eram: a enorme relevância do Partido Estadual PRR — Partido Republicano riograndense — na organização política estadual; a centralização política e a organização sob bases ditatoriais; uma maior presença do espírito militar (devido a sua posição estratégica ao longo da fronteira com os países platinos); quanto ao comportamento político, a presença de uma ideologia, o positivismo de Auguste Comte, assim como a busca de uma autonomia Provincial e a intensidade do ideal federalista.

O latifúndio pastoril constituiu-se na unidade orgânica da sociedade riograndense e onde se percebe, também, um forte nacionalismo, que se refletiu num sentimento provincial e na busca de uma autonomia regional.

A Revolução de 1835 demonstrou todo o espírito separatista e de busca de uma autonomia provincial, tão presentes àquele período, no estado. O estado Republicano, implantado após, organizou-se como um estado moderno, progressista e impregnado de alta moralidade administrativa, sendo totalmente independente em relação ao governo central.

Demonstrou, também, esta revolução, toda a intensidade da integração entre

o Rio Grande do Sul e os países platinos, onde o governo instaurado restabeleceu e firmou relações com todos os países platinos, durante o período em que deteve o poder, relações que se tornaram necessárias e trouxeram inúmeras vantagens ao desenvolvimento econômico do estado.

CAPÍTULO 2

AS POSSIBILIDADES ECONÔMICAS E ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DO RIO GRANDE DO SUL FRENTE AO MERCOSUL.

Neste capítulo procura-se desenvolver algumas questões relevantes para melhor compreender as possibilidades econômicas do Rio Grande do Sul no ano de 1995. Período caracterizado por mudanças de comportamento da economia nacional tanto quanto no crescimento econômico, como nas variáveis macroeconômicas, balança comercial e inflação. Para tanto se descreve na primeira seção os fatos que marcaram a economia nacional na segunda fase do Plano Real.

Já, na segunda seção, discorre-se sobre o desempenho da economia do Rio Grande do Sul, durante o ano de 1995, destacando-se a influência do contexto econômico nacional.

Na terceira seção, aborda-se o relacionamento do Rio Grande do Sul com os países membros do Mercosul no ano de 1995, no que diz respeito as trocas comerciais. Termina-se, na quarta seção, abordando as principais iniciativas políticas, realizadas no período, no tocante as relações do estado com o Mercosul.

2.1 Considerações sobre a segunda fase do Plano Real

Implantado em julho de 1994, após inúmeras tentativas fracassadas de combate a inflação, o novo programa de estabilização econômica, denominado “Plano Real” levou, no País, a inflação a patamares somente verificados na ocasião do “milagre econômico”, dos anos setenta. Conforme BAER(1996, p. 381-82):

A inflação baixou de uma taxa mensal de cerca de 47% em julho para 1,5 em setembro de 1994; em outubro e novembro ela foi de 2,6% e 2,5%, respectivamente, e em dezembro atingiu o ponto mais baixo, 0,6%.

Este plano baseou-se em fatores tais como: o ajuste fiscal que consistia principalmente no aumento de imposto e corte nas empresas estatais, através das privatizações; a introdução de uma nova moeda, o real (fixando o seu preço de venda igual a um dólar); adoção de uma política monetária restritiva que se caracterizou por um limite em curto prazo sobre empréstimos para financiamento de exportações; depósito de 100% sobre novas captações e um limite sobre a expansão da base monetária de 9,5 bilhões de reais até o final de março de 1995. E

principalmente nas taxas de juros elevadas, objetivando controlar o aumento do consumo e desencorajar a especulação financeira.

Mas o principal instrumento para forçar a estabilização econômica foi a âncora cambial, ou seja, a valorização da taxa de câmbio, que para GREMAUD et al (2002) consistia num baixo acúmulo de reservas visando não pressionar a expansão monetária, ou seja, o câmbio flutuaria provocando uma valorização da taxa e isto numa economia aberta e com volume de reservas, possibilitaria as importações que se tornariam atrativas por tal valorização. Tal fato baixava os preços internos rompendo a possibilidade de repasse.

Nesse sentido, o sucesso do plano de estabilização estava em impedir a possibilidade de repasse dos custos para os preços, em um contexto de aumento da abertura da economia ao exterior.

Porém, vários problemas surgiram nos meses seguintes ao lançamento do plano que ameaçaram o seu êxito de manter a inflação sobre controle. As principais conseqüências dos ajustes econômicos foram: a elevação do déficit comercial, como resultado da combinação da valorização cambial, de uma moeda valorizada, do aumento da renda real, das reduzidas barreiras às exportações e a elevada taxa de crescimento da economia.

A queda da inflação e a estabilidade econômica recompuseram os mecanismos de crédito na economia e o aumento do consumo e investimentos pressionaram a demanda, sendo que o aumento desta provocou a expansão da atividade econômica, devido ao aumento do poder aquisitivo das classes de baixa renda.

Conforme BAER(1996) a taxa de crescimento da economia na metade de 1994, subiu para uma média de 5,1% e a 8,8% ao ano, no primeiro trimestre de 1995, sendo que o consumo aumentou em média 20% ao mês, comparado ao ano anterior, demonstrando que este crescimento econômico baseou-se no aumento das vendas.

Portanto, a grande estratégia da estabilização econômica baseava-se na valorização da taxa de câmbio que combinada a um superaquecimento econômico levou ao aparecimento de um déficit na balança comercial caracterizado pelo fraco desempenho das exportações e pelo aumento das importações, tendo como conseqüência a deterioração das contas externas nacionais.

É o que comenta BIEDERMANN; AZEVEDO (1995, p. 150), “no primeiro

trimestre do ano o crescimento da economia brasileira situou-se em 10,50% valor que não encontra similar em toda a década de 80 e nos anos 90". E quanto as importações, pode-se dizer que elas aumentaram em 100% somente no primeiro trimestre de 1995, em relação ao mesmo período de 1994.

Aliado a este déficit comercial e com o advento da crise mexicana³³ no início do ano de 1995, percebeu-se a necessidade de medidas imediatas para resolver a crise externa que se apresentava e impedir uma crise cambial. Como diz GREMAUD et al (2002, p. 480): "Pode-se dizer que, nesse momento, encerrava-se a primeira fase de condução do Plano Real, e inaugura-se a segunda fase".

Assim o governo inicia esta segunda fase perante um impasse, que seria de como corrigir a taxa de câmbio, resolvendo a crise externa, sem aumentar a inflação e com uma economia em crescimento.

A opção governamental para sanar esta fuga de reservas foi a ampliação do controle da demanda interna através de restrições ao crédito e elevação das taxas de juros; desvalorização de 6% da taxa de câmbio e alteração da política cambial, que permite pequenas variações para cima e para baixo (Banda Cambial), assim como o estímulo as exportações em retrocesso no processo de abertura comercial, com elevação de tarifas de uma série de produtos.

Observa-se que nesta segunda fase, o principal instrumento para conter o processo inflacionário, foi a política monetária que buscava conter a demanda impedindo a elevação dos déficits comerciais num contexto de desvalorização cambial e taxas de juros monitoradas, visando a atração do capital estrangeiro.

A política econômica adotada neste segundo momento do Plano Real desencadeou inúmeros problemas para a economia nacional, deflagrando uma grande retração na atividade econômica, que alcançou seu ápice durante o ano de 1995.

Segundo GREMAUD et al (2002) ocorreu neste período um aumento da inadimplência e falência de empresas, bancos e consumidores que tomaram empréstimos a uma elevada taxa de juros, gerando uma crise financeira sem precedentes no período.

Com base no que foi posto, verifica-se que a economia nacional vivenciou no ano de 1995 um período de grande retração em sua atividade econômica, sendo

³³ O México em 1994 enfrentou profundos desequilíbrios macroeconômicos, pressionado o governo obrigou-se a deixar a moeda desvalorizar-se e recorreu ao FMI.

que tal fato vai ter grande influência no desempenho da economia do Rio Grande do Sul, no período analisado.

2.2 O Desempenho da Economia Gaúcha no ano de 1995.

Nesta seção propõe-se examinar os efeitos da política econômica nacional, no desempenho da economia gaúcha, especialmente nos setores industrial e agrícola, no ano de 1995.

É importante considerar-se que para toda a análise econômica regional torna-se fundamental o estabelecimento de inter-relações com a economia nacional, portanto neste tópico aborda-se as transformações porque passou a economia gaúcha após a implantação das medidas de política monetária contencionistas, pelo Governo Federal, em 1994, objetivando a estabilização do Plano Real e a sua influência no desempenho da economia gaúcha no ano de 1995, particularmente nos setores industrial e agrícola.

Como se viu a economia brasileira, após a implantação do Plano Real, passou por um período de ajustes e reestruturações que culminaram na adoção de medidas governamentais contencionistas, objetivando manter o bom andamento do Plano Econômico adotado.

Especificamente após a adoção do Plano Real, ocorreram mudanças de comportamento em duas importantes variáveis macroeconômicas: a balança comercial e a inflação. Onde se verifica a ocorrência de um déficit da balança comercial no país, provocada pelo crescimento exponencial das importações que há muito tempo encontravam-se estagnadas, enquanto as exportações apresentaram um crescimento mínimo³⁴.

Deve-se frisar que a implantação destas medidas de política monetária restritivas pelo Governo Federal ocorreram devido a fatores tais como: a forte elevação do consumo interno impulsionada pela estabilização e a redução nas taxas de inflação, aliada ao crescimento das importações que acabaram por criar fortes pressões sobre os preços comprometendo, desta forma, o futuro do Plano Real.

³⁴ Em relação à inflação, verifica-se que esta despencou no período, para um patamar só verificado pela última vez no período do "Milagre Econômico", em 1970. Segundo dados da FEE, o crescimento de 6,8% das exportações brasileiras em 1995 foi sustentado principalmente pelo aumento dos preços dos produtos semi-manufaturados, sendo entretanto inferior a elevação das exportações mundiais que chegaram a 8%

Observa-se, desta forma, que este elevado crescimento da economia (que veio acompanhado de uma grande aceleração do consumo), assim como a fragilidade das contas externas (déficit na balança comercial) marcaram este período, não ensejando bons sinais para o futuro do Plano de Estabilização.

Face ao constatado, o caminho seguido pelo governo foi, então, o da redução da atividade econômica, visando inibir simultaneamente o consumo interno e as importações³⁵, garantindo desta maneira a estabilidade da economia. A solução governamental escolhida para obter o desaquecimento da economia, assim como da melhoria da balança de pagamentos, foi à política monetária caracterizada pela elevação das taxas de juros e imposição de restrições ao crédito.

Em resumo, a implantação destas medidas de políticas monetárias pelo governo provocaram transformações na economia nacional durante o ano em análise, que se caracterizaram por um intenso desaquecimento econômico no país, em relação ao primeiro trimestre do ano, estimado, em 4% e que veio a atingir, em cheio, as expectativas dos vários setores econômicos, deflagrando falências e instituindo quedas de produção e consumo³⁶.

Observa-se, através dos dados estatísticos uma contração nos níveis de produção no interior do setor industrial riograndense. Diz CALANDRO (1996, p. 43):

A indústria gaúcha apresentou em 1995 uma queda nos seus produtos de 8% quando comparado ao do ano anterior, sendo que este movimento descendente foi puxado pela indústria de transformação (composta pelos gêneros: artefatos de tecido, mecânica, vestuário, couros e peles e fumo) cujo produto reduziu-se em 9,2%³⁷. Com isso, o setor interrompeu uma tendência de elevadas taxas de crescimento que vinham manifestando-se nos últimos três anos.

Deve-se ressaltar que esta queda no produto industrial gaúcho pode ser creditada à implantação de políticas monetárias restritivas, iniciadas com o advento do plano de estabilização da moeda, em 1994, e mantida em 1995, que forçou a continuidade dos ajustes dos gêneros industriais com estreita vinculação econômica ao mercado externo.

³⁵ No Brasil, por exemplo, elas aumentaram em 100% no primeiro trimestre, induzidas pelo próprio crescimento da economia e pelo processo de abertura comercial, criando um clima de preocupação quanto ao comportamento das contas externas.

³⁶ Apesar do abrandamento desta política monetária, iniciada em agosto, onde o governo utilizou instrumentos como: redução dos depósitos compulsórios, medidas de ampliação do crédito e início de uma queda gradual dos juros.

³⁷ O fraco desempenho da indústria de transformação, resultou da retração da atividade nos gêneros de mecânica, metalurgia, vestuário, calçados e artefatos de tecidos. O conjunto destes gêneros em virtude de seu considerável peso no valor adicionado industrial teve grande impacto na taxa do produto industrial.

Quanto a indústria mecânica e principalmente a de máquinas e implementos agrícolas, cuja produção reflete mais significativamente o comportamento da economia em geral. Particularmente, no Rio Grande do Sul, esta se ressentiu em face da queda dos investimentos agrícolas em função da elevada taxa de juros e da baixa rentabilidade do setor ocorrida no ano de 1995³⁸.

Como se pode notar, a constatada desaceleração da produção industrial no Rio Grande Sul (principalmente do gênero industrial mecânico) foi resultante de vários fatores, cujos principais são: as medidas de políticas econômicas contencionistas implantadas pelo Governo Federal após a instituição do Plano Real e a detectada crise agrícola desfechada em 1995, que veio a acarretar uma alteração na composição do valor agregado da indústria de transformação, assim como as elevadas taxas de juros, que escassearam e oneraram o crédito agrícola.

Assim, o desempenho da indústria mecânica foi de menos 40,60% em 1995, em relação ao ano anterior, segundo dados da FEE. Afirma CALANDRO (1996, p. 48):

Outros gêneros em termos de participação relativa para a formação do valor agregado da indústria gaúcha também sofreram quedas tais como: vestuários e calçados — menos 9,6%, fumo — menos 13,8% e metalurgia — menos 10,7% sendo que estes três gêneros são responsáveis por cerca de 40% do total produzido pela indústria do Rio Grande do Sul.

Reportando-se, agora, ao comportamento da agricultura no ano de 1995, pode-se inicialmente lembrar que a cada ano e a cada governo que instalado, as prioridades agrícolas, enfatizadas em momentos de campanhas eleitorais, são facilmente esquecidas, voltando a predominar a visão monetarista do governo, do controle da inflação e da preocupação ligada ao consumo e ao abastecimento. Sendo que a produção, notadamente a primária é relegada a segundo plano, quando não é totalmente ignorada.

Por exemplo, o ano de 1995 foi um período auspicioso para o campo, onde se pode destacar uma situação inédita na conjuntura agropecuária. Após vinte anos de inflação elevada e sempre crescente, pela primeira vez os agricultores puderam plantar, colher e comercializar uma safra em um contexto de inflação baixa e controlada³⁹, mais ainda, o Brasil, neste ano colheu a sua maior safra; foram 81

³⁸ convém destacar-se a peculiaridade da estrutura industrial mecânica gaúcha relativamente mais articulada com o setor agrícola.

³⁹ A inflação média do ano de 1995 foi medida em 21,83% pelo IPC-IEPE; em 23,16% pelo IPC-FIPE; em 14,78% pelo IGP-DI e em 15,25% pelo IGP-

milhões de toneladas⁴⁰ que, em tese, deveriam permitir a recuperação, pelo menos parcial, dos efeitos dos constantes períodos de seca enfrentados pelo setor nos últimos tempos, possibilitando a recapitalização dos produtores e de suas cooperativas.

Conforme CALANDRO(1996), a agropecuária gaúcha apresentou no ano de 1995 uma taxa de crescimento de 6,4%, refletindo a expansão de 9,8% na produção animal e de 4,8% na lavoura⁴¹, sendo que o desempenho deste setor refletiu-se, principalmente, no crescimento da produção de arroz (19,1%), da soja (7,4%) e do milho (24,9%), bem como no decréscimo da produção de trigo. No que se refere a produção pecuária, o desempenho não foi maior devido a expressiva queda de 9,3% na produção total. No entanto, estas estatísticas promissoras não revelam as grandes dificuldades por que passou a agricultura gaúcha, no ano em análise.

Tomando-se como base o período anterior a manifestação desta crise no setor, constata-se que a introdução do Plano Real não surpreendeu os agricultores com modificações estruturais, como aconteceu por ocasião do lançamento de outros planos econômicos que objetivavam a estabilização econômica do país.

Ao contrário, a introdução da URV, na primeira etapa do Plano Real, em março de 1994, visando promover o realinhamento dos preços relativos, tranqüilizou os agentes econômicos (de certo modo) quanto a um possível congelamento de preços. Portanto, ao longo do segundo semestre de 1994 o cenário da economia brasileira, em geral, foi de otimismo e crescimento.

Como já se observou a política de abertura de mercados, concebida no bojo do Plano Real, para garantir a estabilidade interna dos preços, o câmbio sobrevalorizado, a redução de tarifas para a internacionalização de produtos importados e a ampliação de prazos para o pagamento de mercadorias estrangeiras, compuseram os principais indutores de uma acelerada expansão da demanda interna à taxas de juros elevadas, assim como a de valorização da taxa de câmbio. Tais fatos acabaram por tornar-se o ponto central dos problemas econômicos enfrentados pelo setor agrícola nacional e riograndense em 1995.

Enfim, esta decisão governamental de ancorar o Plano Real na política cambial acabou por trazer sérias conseqüências sobre o comportamento econômico

⁴⁰ A colheita recorde no Rio Grande do Sul, de 17,6 milhões de toneladas, contribuiu, também, para este aumento de produção.

⁴¹ A participação da lavoura no setor agropecuário ainda mantém-se predominante, alcançando um percentual superior a 66%, no ano de 1995.

do setor agrícola, entre as quais se destaca, em primeiro lugar: o processo de inibição das exportações, que afetaram as cotações internas das commodities. As cotações da soja entraram em queda, somente iniciando a sua recuperação em termos nominais a partir de junho de 1995, com a notícia de que a safra norte-americana sofreria queda⁴².

Em segundo lugar, a valorização do câmbio associado as medidas de facilitação das importações como a redução ou eliminação da tarifa e a ampliação dos prazos de pagamentos dos contratos, contribuiu para a ampliação da oferta interna de alimentos e, em decorrência, para pressionar, para baixo, suas cotações no mercado nacional. Determinando, desta forma, com que as receitas das principais lavouras apresentasse súbita queda.

Em resumo, o setor agropecuário nacional e, conseqüentemente, o gaúcho, atingiu o auge da crise econômica no ano de 1995. Ou seja, por incrível que possa parecer, a estabilidade econômica obtida no período imediatamente anterior, as expensas da agricultura, baseada numa produção nacional recorde, determinou pesados custos ao produtor. Os baixos preços dos produtos agrícolas e o alto custo dos financiamentos resultaram no agravamento da descapitalização e no endividamento, com índices de inadimplência jamais registrados na história do país. Refletindo-se na agroindústria de máquinas e insumos⁴³ e, o que é mais grave, na paralisação das economias regionais, responsáveis pela geração de empregos no interior.

Deve-se frisar que esta crise nacional do setor agrícola tornou-se muito mais prejudicial à economia do Rio Grande do Sul, pois vem a ser neste estado que a atividade agropecuária ainda se constitui na mais importante fonte de renda da maioria dos municípios, seja à partir da exploração direta, seja à partir da exploração de atividades afins. Assim que, particularmente, neste estado a queda da receita agrícola acabou por gerar um “efeito cascata” de frustrações financeiras.

⁴² A confirmação da frustração da safra norte-americana acentuou a queda dos estoques mundiais, que já vinham sendo reduzidos em função da política de contenção de gastos governamentais adotada tanto por norte-americanos como por europeus.

⁴³ O setor de máquinas e automotrizas apresentou no ano em análise um dos piores desempenhos dos últimos dez anos. Segundo dados do “núcleo de Contas Regionais” da FEE — Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Estes segmentos de bens de capital apresentaram taxas de crescimento bastante inferiores a 0,3% e 0,4%, respectivamente. Tais dados são relevantes quando se considera que nos dois anos anteriores foram caracterizados pelo crescimento e expansão. A causa principal deste decréscimo refere-se à forte retração e as dificuldades porque passou o setor agrícola neste período, devido as restrições ao crédito e ao elevado grau de inadimplência dos produtores rurais.

Nesse contexto de queda da receita agrícola as pressões por parte dos agricultores no sentido de conduzir o processo de renegociação das dívidas agrícolas para uma solução assumiram tal proporção no ano de 1995, que desembocaram numa grande mobilização nacional. O movimento “não posso plantar” rumou a Brasília, refletindo não só as insatisfações acumuladas pelos produtores gaúchos comprometidos junto ao setor financeiro, como também explicitou as dificuldades financeiras do setor em geral ocorridas pela queda da receita.

Estes movimentos reivindicavam principalmente uma solução para a questão da política de financiamento da produção e um futuro “acordo da dívida”. CALANDRO(1996) diz que a solução governamental veio por meio da aprovação do mecanismo da “securitização” e do “saneamento” financeiro das cooperativas, através da lei nº. 9.138, de 29 de novembro de 1995, que autorizou o Tesouro Nacional a emitir títulos até o montante de R\$ 7 bilhões, para cobrir alongamentos de dívidas agrícolas. Esses alongamentos atingiam um prazo máximo de dez anos, com até três de carência, e taxas de juros de 3% ao ano, capitalizado anualmente.

Em suma, constata-se que o desempenho da economia gaúcha durante o ano analisado foi de sobremaneira influenciado pelas oscilações por que passou a economia nacional neste período. Ou seja, este verificado decréscimo na economia riograndense no período deste ano deve ser creditado aos constrangimentos por que passou a economia do país após a implantação do Plano Real.

Conforme CALANDRO(1996), o PIB total do estado foi US\$ 42, 9 bilhões e o per capita reduziu-se em 1,4% ficando em US\$ 4.458,00 . Mas por sua vez a economia brasileira apresentou um crescimento de 4,2% do PIB e de 2,7% no PIB per capita⁴⁴. É necessário destacar-se que este fraco desempenho da economia do Rio Grande do Sul, tem como causa principal a forte retração (menos 8%) de sua indústria total. Este último fato, por sua vez, é explicado tanto pela queda da produção nos gêneros de mecânica (menos 40,6%) vestuário e calçados (menos 9,6%) e metalurgia (menos 10,7%), quanto na importância dos mesmos na estrutura setorial.

Já o pior desempenho da indústria sul-riograndense comparado ao da nacional deve ser creditado a dois fatores: de um lado, à queda de rentabilidade do

⁴⁴ Estes são cálculos da FEE. Conforme o IBGE, o PIB nacional teve crescimento de 4,2%, elevando o PIB per capita em 2,7%.

setor agropecuário que em especial afetou as vendas de máquinas e equipamentos agrícolas e de outro à abertura da economia, que expôs à concorrência externa setores despreparados para enfrentá-la como, por exemplo, os calçados e o setor de vestuário.

Em suma, os aspectos mais relevantes que esta seção procurou enfatizar se relacionam com os efeitos da política econômica nacional, no período de vigência do Plano Real nos setores industrial e agrícola do Rio Grande do Sul. Concluiu-se que a lógica da estabilização econômica ao manter o câmbio valorizado, aliado ao processo de abertura comercial, favoreceu ao setor vinculado à comercialização dos bens de consumo importados em detrimento dos setores que os produzem internamente: a indústria e a agricultura.

2.3 O relacionamento do Rio Grande do Sul com os países do Mercosul.

Nesta seção examina-se as relações do Rio Grande do Sul com o Mercosul no ano de 1995, no que diz respeito ao aspecto econômico, enfatizando-se as trocas comerciais (importações-exportações).

Inicia-se mostrando os resultados das exportações globais do estado, os principais produtos exportados, assim como o destino destas exportações. Afirma BELLO (1996, p. 135):

Em 1995 as exportações do estado totalizaram US\$ 5,181 bilhões registrando um acréscimo de 3,07% em relação aos US\$ 5,027 bilhões exportados em 1994.

Em contra partida as exportações nacionais neste período elevaram-se em 6,77% tendo alcançado US\$ 46,506 bilhões em 1995 contra US\$ 43,558 bilhões em 1994.

Observando-se os dados, constata-se que o Rio Grande do Sul obteve uma taxa de crescimento nas exportações correspondente a menos da metade da taxa nacional, tendo as exportações gaúchas uma perda de participação no total exportado pelo país, caindo de 11,54% em 1994 para 11,14% em 1995⁴⁵.

Quanto aos principais produtos exportados pelo Rio Grande do Sul ao exterior, destaca-se a importância do setor calçadista, que vem a ser o item mais importante nas vendas gaúchas para o exterior, principalmente para os estados Unidos.

⁴⁵ Apesar disso o Rio Grande do Sul continua sendo o terceiro maior Estado exportador, precedido apenas de São Paulo e Minas Gerais.

Mas, ao mesmo tempo a indústria calçadista, no período, estava perdendo espaço no mercado norte-americano, seja pela concorrência dos calçados chineses, seja por problemas derivados da política econômica brasileira, como a elevação dos custos de produção, aliada a defasagem cambial, que como decorrência fizeram decair as exportações do estado para aquele país, reduzindo o percentual de participação do mercado norte-americano nas exportações gaúchas.

Segundo BELLO(1996), em 1984 esta participação foi de 28,04% e, em 1995 caiu para 25,52% e continuando, o fumo e seus sucedâneos manufaturados aparecem em segundo lugar em importância na pauta das exportações do estado, representando 13,07% das exportações, constituindo estes dois produtos 37,80% das exportações gaúchas em 1995.

Os produtos que mais se destacaram nas exportações do Rio Grande do Sul durante o ano de 1995 foram: sapatos de couro, fumo Virgínia, farelo de soja, óleo de soja, sandálias e chinelos, outros calçados de couro, soja, pasta química de madeira, polietileno, carne de frango e cigarros.

Ainda conforme BELLO (1996) o produto que sofreu maior elevação em termos de exportação foi a pasta química de madeira — celulose — que registrou um crescimento de 75% nas suas receitas de exportação no ano. Já a maior queda, em termos de taxa de exportação foi registrada pela soja em grãos — 33,51% — embora também os calçados (com exceção dos chinelos e sandálias) também tenham demonstrado uma redução acentuada em suas vendas ao exterior no ano de 1995, no caso da celulose o aumento de sua receita deveu-se à elevação de seus preços no mercado internacional, acompanhado de uma valorização cambial, o que permitiu compensar a elevação interna dos custos.

Passando a análise do comportamento das importações e exportações gaúchas no âmbito do Mercosul pode-se destacar o excepcional aumento das importações aliado a uma perda da competitividade das exportações, ocorridos durante o ano em análise. O excepcional incremento nas importações de produtos originários dos parceiros do Mercosul foi a principal marca do primeiro ano de vigência do mercado comum do sul sobre o Rio Grande do Sul. Diz TACHINARDI (1995, p. A-4):

De janeiro a julho de 1995 os gaúchos importaram US\$ 570,5 milhões dos três países do bloco, ante US\$ 332,2 milhões em igual período do ano anterior, o que corresponde a um incremento de 71,69%. Sendo que a Argentina foi responsável pela maior parte desse montante, com US\$ 377,2 milhões num crescimento de 82,7% de um ano para o outro. O Uruguai foi o

segundo maior fornecedor do Rio Grande do Sul, com vendas de US\$ 118,7 milhões registrados nos sete primeiros meses de 1994. Já o Paraguai apresentou números mais modestos, passando de US\$7 milhões para 7,7 milhões no período, portanto apresentando um avanço de apenas 10.

Já, quanto ao item exportações, estas apresentaram um comportamento diferenciado, em relação aos países que integram o bloco Mercosul, segundo ASSEF (1996), enquanto as vendas caíram 14,57 para a Argentina⁴⁶ comparando-se o ano de 1994 em relação ao de 1995, para o Uruguai e o Paraguai registraram-se taxas de crescimento nas exportações de 20,22% e 28,80% respectivamente.

Observa-se através dos dados acima explicitados que dada à relativa representatividade da Argentina no total comercializado pelo estado com o Mercosul (em torno de 51,29% das vendas gaúchas ao bloco Mercosul estavam dirigidas para a Argentina) a variação anual das exportações do Rio Grande do Sul em 1995 foi de 0,78%. Enquanto as exportações nacionais para o Mercosul cresceram 3,9% no mesmo. Comenta TACHINARDI (1996, P. 09):

Pode-se constatar que tais percentuais refletem uma queda de participação do Bloco Mercosul, tanto a nível estadual como nacional durante o ano de 1995. Por exemplo, para o Brasil, as vendas ao Bloco Mercosul representaram 13,2% do total exportado em 1995 contra 13,6% em 1994. Já para o Rio Grande do Sul esta perda foi bem mais acentuada, pois, se em 1994 o Mercosul absorvia 14,01% das exportações gaúchas, em 1995 essa participação caiu para 13,71%.

Ao que parece os dados estatísticos estão a indicar uma acentuada perda de competitividade das exportações gaúchas, ou seja, a existência de uma crise nas vendas, que destoam dos números globais do Brasil, que exportou 12,85% a mais no período.

Quanto a este aspecto pode-se dizer que a perda de competitividade das exportações gaúchas no período decorre principalmente dos efeitos da política cambial e monetária adotada pelo País, no período, aliado à incidência de alguns impostos sobre as exportações.

Mas também, não se pode esquecer que, conforme Bello (1996) o Rio Grande do Sul possui uma estrutura de produção competitiva em relação aos países integrantes do Mercosul, principalmente Argentina e Uruguai. Porém, tornou-se menos eficiente, nas trocas comerciais, devido a pauta de exportações basear-se no setor agropecuário, onde, justamente, tais países são mais competitivos.

⁴⁶ A Argentina manteve-se sempre como a maior parceira dos gaúchos no MERCOSUL em 1994 comprou 60,5% dos produtos exportados para a região, sendo que o Uruguai recebeu 20,7% e o Paraguai 18,8%. Assim como também as exportações do Estado para a Argentina em 1994 cresceram 22,46% em relação ao ano de 1993.

Outro aspecto importante foi a deficiência de infra-estrutura no estado⁴⁷, em especial no setor de transportes, seja em relação às rodovias ou em relação ao sistema portuário⁴⁸.

Além disso, outras áreas apresentaram deficiências, como é o caso das telecomunicações, da energia e do saneamento básico, sendo que para solucioná-los são necessários vultosos investimentos de cujos recursos o Rio Grande do Sul não dispunha. Sobre este assunto, comenta BUENO (1995, p. 4):

De acordo com cálculos do governo estadual, os investimentos necessários, para suprir todo este déficit infra-estrutural, deveriam situar-se em torno de US\$ 1 bilhão por ano; e só para garantir a auto-suficiência em energia elétrica, seriam exigidos investimentos totais de US\$ 2 bilhões.

Constatado o problema, procuram-se as soluções! Com o objetivo de incentivar as exportações brasileiras foi lançado em novembro de 1995, pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) o programa “Novos Pólos de Exportação”, onde foram selecionados vinte e cinco produtos que receberam apoio federal e estadual para incentivar suas exportações. Os recursos para financiar este programa saíram do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do programa de financiamento às exportações (PROEX), os quais constituíram linhas específicas de crédito, destinadas aos novos pólos de exportação.

Enfim, constata-se que, quanto ao relacionamento comercial do Rio Grande do Sul com o exterior, as exportações cresceram a uma taxa bem menor do que as vendas externas nacionais, traduzindo-se este fato numa queda do nível de atividades do estado nas exportações brasileiras.

Já no relacionamento econômico e comercial do Rio Grande do Sul com os demais países membros do Mercosul, constata-se também uma significativa queda das vendas do estado para estes países, fato que decorreu, principalmente, da diminuição das vendas do estado para a Argentina, sua principal parceira comercial.

Através da análise dos dados estatísticos observa-se, também, uma acentuada queda no nível de competitividade das exportações gaúchas no período

⁴⁷ A questão da infra-estrutura é fundamental não apenas no que se refere à exportação de mercadorias, mas também em relação à atração de novos investimentos para o Estado, especialmente capital vindo do exterior.

⁴⁸ Para que haja um aumento na competitividade das exportações gaúchas a questão dos transportes é fundamental, pois não basta apenas investir nas condições de produção das empresas, através de controles de qualidade; menor preço e conquista de credibilidade, se a mercadoria não for entregue em condições e no prazo estipulado.

considerado, em função dos efeitos da política econômica adotada pelo governo federal, bem como da deficiência de infra-estrutura do estado, em especial no setor de transportes (rodoviário e portuário).

2.4 As principais iniciativas políticas ocorridas durante o ano de 1995 no relacionamento do Rio Grande do Sul com o Mercosul.

Nesta seção se abordará as iniciativas políticas realizadas durante o ano de 1995, pelo governo do estado, visando facilitar a integração entre o Rio Grande do Sul e o Mercosul, assim como os vários acordos de cooperação firmados. Analisa-se também os problemas relacionados às áreas de fronteira, especialmente no que se refere ao desenvolvimento conjunto destas.

No que se refere as relações do Rio Grande do Sul com o Mercosul várias foram as notícias destacadas pelos jornais pesquisados, Zero Hora, de Porto Alegre e Gazeta Mercantil, de São Paulo, sendo dentre os mais importantes a construção da ponte São Borja - São Tomé, sobre o Rio Uruguai. Esta obra deverá fazer parte do corredor bioceânico ligando o porto de Rio Grande à costa marítima do Chile, através de rodoferrovias.

Pode se observar, que desde 1989 o governo estadual do Rio Grande do Sul vem demonstrando interesse neste projeto, sendo que depois de várias negociações⁴⁹, em dezembro de 1995, foi finalmente assinado o contrato para a construção desta ponte.

Dois aspectos merecem destaque neste empreendimento. O primeiro deles é a firme vontade política dos governos dos países envolvidos, que alegaram assumirem 50% do custo do projeto orçado em US\$ 31 milhões; o segundo é a provável “parceria” entre o Poder Público e a iniciativa privada⁵⁰, única alternativa para a execução de projetos onerosos como este, no momento em que as administrações passam por dificuldades financeiras.

Outro ponto de importância nas relações entre o Rio Grande do Sul e os países integrantes do Mercosul está ligado a construção da rodovia ligando a região central do Brasil ao Uruguai e Argentina (Rota do Mercosul) e, cujo traçado ainda

⁴⁹A construção dessa ponte, apesar de sua grande extensão, já foi considerada viável, tanto pelos dois governos como pelo BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento.

⁵⁰Optou-se pela escolha de um consórcio formado por empresas da Itália, Argentina e Brasil.

não está definido pelo governo brasileiro, porque várias alternativas têm sido apresentadas.

Porém, o estado descartou opções que exijam a construção de trechos totalmente novos, ou seja, a proposta sempre foi o aproveitamento de rodovias já existentes, para reduzir custos. Em termos de abrangência, para o Rio Grande do Sul, a proposta de interiorização tornou-se a mais interessante, já que cruzaria o estado pelo interior, fomentando o desenvolvimento dessas regiões.

Outro fato relevante, no que tange ao relacionamento entre o Rio Grande do Sul e os demais países membros do Mercosul foi o relacionado à Integração Fronteiriça, principalmente uruguaia e argentina. Percebe-se que o estado é região estratégica em relação a este tema, tendo em vista a existência de uma extensa zona de fronteira entre o Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai.

Na fronteira com a Argentina destacam-se, São Borja - Santo Tomé, Uruguaiana - Libres e Itaqui - La Cruz. Com o Uruguai o estado apresenta três cidades fronteiriças: Chui - Chuy, Jaguarão - Rio Branco, Quaraí - Artigas e Livramento - Rivera.

Segundo ALVES (1995) um dos pontos de interesse para o Rio Grande do Sul tem sido o da criação de áreas de cooperação, principalmente no que tange ao desenvolvimento conjunto e equilibrado dessas regiões fronteiriças. Desde o acordo Brasil e Argentina, anterior ao Mercosul esta preocupação já se fazia presente⁵¹, haja vista a assinatura do protocolo nº. 23 entre os dois países, que tratava da integração regional fronteiriça entre o Brasil e a Argentina e visava o desenvolvimento conjunto e equilibrado da Região.

Para o desenvolvimento conjunto dessas áreas de fronteira, vários aspectos foram destacados pelos países-membros do Mercosul, como é o caso da promoção de um uso mais racional e eficiente dos serviços públicos, permitindo que estes possam atender aos dois lados da zona fronteiriça, podendo a cooperação estender-se a escolas, hospitais, fornecimento de água, energia, telecomunicações, armazenamento, construção de portos, aeroportos etc.

Além disso, um incremento de parcerias no desenvolvimento de projetos de cooperação técnica, econômica e financeira (como, por exemplo, pesquisa e

⁵¹ Na ata para integração Brasil - Argentina, assinada em julho de 1986 entre os dois países, foi estabelecido o Programa de Integração e Cooperação Econômica entre a República federativa do Brasil e a República Argentina, tendo sido assinados, desde então, 24 protocolos. Uma descrição desses protocolos encontra-se em Macadar, BELLO (1990, p. 697-707)

melhoramento de sementes, de animais para corte e para leite, de forragens etc.) poderia ser obtido através de acordos de cooperação entre zonas de fronteira.

Embora importante esse aspecto da integração fronteiriça ainda se encontra em estágio incipiente, já que a própria falência do estado em seu aspecto de promotor do desenvolvimento econômico dificulta a consecução dos projetos de maior integração das fronteiras. Afora esse aspecto, que, sem dúvida, é o maior determinante das dificuldades enfrentadas nessa área, as próprias diferenças regionais também se colocam como obstáculo a esse tipo particular de integração.

Entretanto ainda é cedo para afirmar-se que efetivamente essas intenções serão concretizadas, dadas as dificuldades encontradas na obtenção de recursos pelos estados.

Também, muito se comentou, durante o ano em análise, à respeito do descaso de parte tanto dos agentes promotores do processo de integração, quanto do governo em relação as zonas fronteiriças, que se constituem em pontos estratégicos para a viabilização da integração comercial almejada.

Observa-se que o Mercosul, apesar de seus primeiros passos e dificuldades, modificou sob o ponto de vista legal, econômico e social a realidade do Rio Grande do Sul, acabando por trazer as regiões de fronteira uma sucessão de catástrofes econômicas que estão, atualmente, traduzindo-se em graves conseqüências sociais.

Por exemplo, no tocante ao aspecto econômico, pode-se destacar a crise do chamado “comércio formiga” — forma de contrabando — que antes predominava nas áreas fronteiriças argentinas e uruguaias. O definhamento deste tipo de comércio iniciou-se após a implantação do Mercosul⁵² e trouxe como conseqüências a ociosidade e o desemprego estrutural a estas regiões, entervando, de certa forma, o seu desenvolvimento econômico.

Enfim, as regiões fronteiriças contextualizadas em um âmbito de desenvolvimento econômico foram relegadas ao descaso e ao esquecimento, sofrendo hoje de infindáveis carências econômicas, sejam de caráter legal, sejam de infra-estrutura, seja pela inexistência de planos integrados de desenvolvimento em parceria com entidades, departamentos e províncias das regiões fronteiriças uruguaias e argentinas.

⁵² Iniciou-se quando o governo dos países integrantes assinaram o Tratado de Assunção, implantando o MERCOSUL e cancelando o imposto que era sonegado pelos “chibeiros” sendo que as transações, agora, são feitas somente ao nível de grandes empresas.

Afirma NIQUE (1995, p. 36):

Sob o ponto de vista da infra-estrutura é insuportável o estado das rodovias federais, tais como a BR-472 que liga Uruguaiana à Itaqui, São Borja e Santiago. A ligação entre Porto Xavier (BR-392) é por estrada de chão batido, faltam 49 quilômetros para ligar o Porto de Rio Grande com Uruguaiana, pois a Rio Grande do Sul que liga Quaraí à BR-290, não saiu das pranchetas de estudos.

Enfim, a rede ferroviária, que possui um forte impacto nos custos dos transportes, permanece em estado precário, retirando destas regiões todas as possibilidades de implantação de um intercâmbio comercial satisfatório. Por exemplo: o Rio Grande do Sul liga-se a Argentina por uma só ponte (Uruguaiana - Libres) sendo que os outros 600 quilômetros são por barca, como no século passado.

Outros fatos relevantes no decorrer do ano de 1995 foram os acordos de cooperação firmados entre o Rio Grande do Sul e o Mercosul. Destaca-se, dentre esses, o acordo de cooperação firmado pelo governo do Rio Grande do Sul em 1995 (10-08-95) com a Argentina dentro do processo integracionista do Mercosul e que está ligado ao intercâmbio de pequenas e médias empresas (PME) do estado com suas congêneres argentinas.

Quanto às pequenas e médias empresas do Rio Grande do Sul, devido à sua localização geográfica, existem aspectos positivos e negativos em relação ao Mercosul. Se a proximidade geográfica facilita o acesso aos mercados da Argentina e do Uruguai, o perfil similar entre a economia gaúcha e a desses países vizinhos, principalmente na produção agrícola e na agroindustrial, pode trazer desvantagens, especialmente naqueles setores em que nossos parceiros apresentem uma vantagem comparativa substancial. Nesses casos, a formação de alianças estratégicas entre as empresas gaúchas e seus concorrentes do Mercosul pode ser uma das alternativas, não só para alcançar maior penetração no mercado brasileiro como, e principalmente, para enfrentar terceiros mercados.

Também como parte do programa de cooperação Rio Grande do Sul - Mercosul, no mês de setembro de 1995 o Governo Estadual assinou um protocolo de intenções para a criação de uma empresa binacional a ser instalada no Pólo de Triunfo e com investimentos previstos de US\$ 80 milhões. A mesma terá participação de empresas petroquímicas do estado e da Argentina e deverá produzir o estireno (matéria básica para a fabricação de poliestireno, do qual são fabricados produtos como embalagens, espumas, isolantes etc.) e elastômeros (pneus e

artefatos de borracha sintética). Embora o mercado alvo seja o Brasil e a Argentina, parte de sua produção também será destinada à exportação para os outros países do Mercosul.

Ainda na área de acordos de cooperação firmados entre o Rio Grande do Sul e os países do Mercosul, cabe destacar a criação, em novembro de 1995, da rede de cidades do Mercosul — MERCOCIDADE — a partir de uma iniciativa da prefeitura de Porto Alegre. Dessa rede fazem parte as capitais e as cidades com mais de 500 mil habitantes. Além do aspecto estritamente econômico, como o caso do Banco de projetos e de tecnologia, de abertura de escritórios de exportação nessas cidades e de bolsas internacionais de negócios, aspectos de cunho social, turístico e cultural também farão parte desta rede de mercocidades.

Em suma, pode-se observar pelo exposto que o ano de 1995 foi pródigo em assinaturas de acordos e contratos, visando à execução de onerosos e importantes projetos necessários ao andamento de um processo de integração entre o Rio Grande do Sul e o Mercosul. Percebe-se que o maior obstáculo à consecução destes foram as dificuldades referentes à captação dos recursos econômicos para tal, dado as sérias dificuldades financeiras por que passaram as administrações públicas federais e estaduais, no período.

Em relação as áreas fronteiriças, consideradas pontos estratégicos para a viabilização da integração regional almejada ocorreram, no ano em análise, uma série de acordos firmados entre os países visando ao desenvolvimento conjunto destas. Mas ao mesmo tempo constatou-se que estas sofrem de infindáveis carências, econômicas e de infra-estrutura, bem como inexistem, na prática, planos integrados de desenvolvimento, devido a falta de recursos econômicos federais e estaduais que os viabilizem.

No entanto, pensa-se que os maiores empecilhos à viabilização da integração econômica e comercial almejada, particularmente no que se refere aos relacionamentos comerciais do Rio Grande do Sul com os demais países membros, estão ligados as deficiências de infra-estrutura no estado (a questão infra-estrutural é considerada de vital importância a atração de novos investimentos vindos do exterior), especialmente no setor de transportes (rodovias, ferrovias e setor portuário) além das áreas de telecomunicações, energia e saneamento que exigem vultosos investimentos estaduais para serem solucionados.

Nota-se que apesar da clara existência de uma vontade política, tanto dos

governos envolvidos quanto do empresariado, assim como da constatada necessidade real de implantação destes projetos para a viabilização da integração econômica regional, entre o estado e os demais países membros, o maior determinante para a sua não consecução vem a ser, na realidade, a impotência do Rio Grande do Sul, enquanto estado, diante a fraqueza da economia regional em promover o desenvolvimento econômico e a sua conseqüente subserviência pública ao governo federal na captação dos recursos econômicos.

Pode-se exemplificar tal afirmação citando-se um estudo realizado pela Fundação de Economia e Estatística — FEE — e divulgado numa de suas publicações próprias, intitulada “25 anos de economia gaúcha: uma visão global da economia do estado” e que numa análise da estrutura econômica do estado constatou que ao longo do período a taxa média anual de crescimento acumulativo do Rio Grande do Sul foi bem menor do que a da região Centro-Sul e a do Brasil. Concluindo-se daí que a importância relativa da economia gaúcha vem diminuindo, a olhos vistos, tanto a nível nacional quanto regional.

Salienta-se, também, o que se constatou no decorrer deste estudo, que o Rio Grande do Sul pode, historicamente, ser definido como uma típica região periférica, ou seja, a sua economia caracteriza-se pela predominância do setor primário (agricultura e pecuária) pouco diversificado e dependente das trocas externas e pela predominância de uma indústria de bens intermediários que são exportados para outras regiões.

Tais fatos acabam por gerar a incapacidade da economia riograndense em reter os maiores resultados advindos dos processos econômicos, já que a maior parte de sua produção é comercializada em fases intermediárias. Neste sentido estas relações econômicas externas tornam-se fortes mecanismos de dominação, tornando o estado economicamente incapaz de realizar e reter o seu processo de acumulação, entretanto o seu crescimento e desenvolvimento econômico, comenta CARRION JR. (1981, p. 18):

O estado pode com propriedade definir-se hoje como uma típica região periférica de uma economia maior cujos laços de vinculação externa são mais fortes e intensos do que os laços de vinculação articuladora interna, tendência esta que se tem acentuado a cada ano.

Enfim, constatou-se a existência de significativas limitações de ordem econômica a consecução de projetos necessários a viabilização desta integração regional. Pensa-se que, para sua viabilização, em nossa região, ou seja, trazendo os

significativos benefícios econômicos e comerciais para o Rio Grande do Sul, torna-se importante a colocação do setor público no centro de um processo de transformação, através do estímulo à proposição de políticas públicas estaduais, objetivando o retorno de um ritmo de desenvolvimento econômico ao estado, no mínimo igual àquele que ocorre à nível nacional.

No presente capítulo analisou-se sob o ponto de vista econômico e político, principalmente, o relacionamento do Rio Grande do Sul com o Mercosul, no ano de 1995.

Constatou-se uma acentuada influência da conjuntura econômica predominante no país (principalmente ao final do primeiro trimestre do ano), no desempenho da economia gaúcha no ano em análise. O ajuste no plano econômico através da implantação de uma política monetária contencionista, pelo governo, devido a forte elevação do consumo interno, impulsionada pela estabilização da moeda e pela redução das taxas de inflação, determinaram um conjunto de circunstâncias econômicas desfavoráveis ao sistema financeiro, tais como elevação absurda dos juros, escassez de crédito e defasagem cambial determinando a desaceleração no ritmo de crescimento na economia do país, que veio atingir as expectativas dos vários setores econômicos deflagrando falências e instituindo a queda da produção e do consumo.

Estes acontecimentos trouxeram sérias conseqüências no desempenho da economia do Rio Grande do Sul, onde determinaram a queda de seu produto industrial e de forma mais intensa na indústria mecânica, mais especialmente no setor de máquinas e implementos agrícolas, cuja produção reflete mais significativamente o comportamento da economia em geral. Já no setor agrícola nacional e principalmente gaúcho, uma safra recorde, associada a estas medidas governamentais que objetivaram a estabilidade do Plano Real, acabou determinando uma acentuada queda na receita agrícola. Percebe-se que os efeitos dessa queda foram mais intensos no Rio Grande do Sul, onde na grande maioria dos municípios a atividade agropecuária constitui-se em importante fonte de renda, seja a partir da exploração direta ou a partir da exploração de atividades afins.

Conseqüentemente esta queda na receita agrícola gerou um efeito “cascata” de crise financeira que atingiu, principalmente, o setor de máquinas e equipamentos agrícolas, que praticamente parou em maio de 1995, apresentando neste período um dos piores desempenhos dos últimos 10 anos.

Enfim, constatou-se uma acentuada queda no crescimento econômico do Rio Grande do Sul (quando comparado ao crescimento da economia nacional) no ano de 1995, principalmente à partir do final do primeiro trimestre do ano, e que foi creditado aos constrangimentos porque passou a economia nacional após os ajustes econômicos ao Plano Real, realizados pelo governo.

No tocante ao relacionamento comercial do Rio Grande do Sul com o Mercosul, constatou-se um considerável aumento das importações de produtos originários destes países para o estado, constituindo-se na principal marca deste intercâmbio comercial entre o Rio Grande do Sul e o Mercosul no período analisado. Mas, principalmente, verificou-se uma acentuada queda no desempenho das vendas externas do estado para os demais países do Mercosul (comparando-se o ano de 1995 com o de 1994) principalmente com a Argentina, tradicional parceira do Rio Grande do Sul no Mercosul, e que restringiu a suas compras para este estado, perdendo, portanto, participação sob o total exportado por este no período.

Enfim, em relação aos aspectos comerciais (trocas comerciais — importação — exportação) verificou-se uma queda de participação do Mercosul no nível de exportações, tanto gaúchas quanto nacionais. Sendo que esta queda verificou-se mais acentuada no Rio Grande do Sul.

Afora o aspecto comercial, se abordou, principalmente, as principais iniciativas políticas realizadas durante o ano de 1995, no tocante ao relacionamento do Rio Grande do Sul com os demais países do Mercosul e que foram destaque nas notícias informadas pelos jornais pesquisados tais como: a assinatura do contrato para a construção da ponte São Borja - Santo Tomé; iniciativas tais como as discussões em relação à Rota do Mercosul que ligará São Paulo a Buenos Aires.

Foi enfocada também a questão das áreas fronteiriças, onde se destacam os sérios problemas de infra-estrutura por que vem passando estas áreas, mesmo após a implantação do Mercosul. E também os vários acordos de cooperação que foram firmados entre o Governo Estadual e o Mercosul, visando o desenvolvimento social e econômico das fronteiras, assim como também em relação às pequenas e médias empresas e o setor petroquímico.

Concluiu-se, através do exposto, que o ano de 1995 não proporcionou ao Rio Grande do Sul, apesar do argumento da vantajosa localização estratégica do estado em relação aos países do Mercosul, modificações positivas no tocante às dimensões econômicas e comerciais. Muito pelo contrário, os números do comércio

e do investimento indicam uma acentuada queda no nível de participação do Mercosul nas exportações realizadas pelo estado.

No tocante às iniciativas políticas importantes à viabilização desta integração econômica vigente, no que tange ao relacionamento do Rio Grande do Sul com os demais países membros do Mercosul, observou-se, durante o primeiro ano de sua implantação, apenas a preponderância de assinaturas de acordos e contratos visando à implantação de necessários projetos infra-estruturais que, apesar da vontade política dos governos envolvidos e do empresariado em sua realização, não foram colocados em prática devido à impotência do estado, diante da fraqueza da economia regional em promover o desenvolvimento econômico e a sua conseqüente subserviência pública aos recursos do Governo Federal.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa iniciou-se a partir de um tema geral - integração econômica - do qual se extraiu um aspecto para estudo: o relacionamento histórico e atual do estado do Rio Grande do Sul com os países integrantes do Mercosul.

A hipótese básica é de que haveria evidências históricas e atuais de uma integração econômica positiva entre o estado do Rio Grande do Sul e os países platinos.

No início deste estudo, estabeleceu-se o seguinte objetivo: analisar a participação econômica do estado do Rio Grande do Sul, frente ao Mercosul sob o aspecto histórico e atual, visando verificar se durante o ano de 1995, o estado soube criar estratégias políticas objetivando um relacionamento comercial positivo com os demais países do Mercosul.

Baseado neste objetivo verificou-se, que apesar dos conflitos, a existência de uma realidade fronteiriça (particularidade do estado do Rio Grande do Sul em relação aos países platinos), o posicionamento geográfico (separado do resto do país por entradas de difícil acesso) e a similaridade das economias foram fatores-chaves para o acesso e a expansão deste em relação aos países platinos e, pela predominância histórica de fortes contatos culturais e econômicos, bem exemplificado pelo contrabando, que àquele período tornara-se necessário à sobrevivência econômica tanto do estado como dos países platinos.

O estado do Rio Grande do Sul posicionou-se como uma região diferenciada em relação às demais regiões brasileiras, quanto ao aspecto econômico, através da sua formação no período colonial mercantilista como uma economia subsidiária das economias dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Fato que o demarcou, no período de 1882 a 1889, como dependente das políticas econômicas dessas regiões, as quais convinham baratear os gêneros de subsistência consumidos.

No período Republicano (1889-1930) o controle do poder político era dado aos estados beneficiados da agroexportação e que detinham o controle da administração federal através de alianças, visando a obtenção de vantagens para suas atividades econômicas. O estado do Rio Grande do Sul manteve-se, neste período, isolado da economia e da política nacional, frente a estas alianças pelo fato de ter uma organização política diversa e uma economia subsidiária da economia

agroexportadora das regiões centrais.

O ano de 1995, não proporcionou ao estado do Rio Grande do Sul, apesar do argumento da estratégica situação geográfica, modificações positivas, no tocante as dimensões comerciais. Pelo contrário, os números das trocas indicaram uma acentuada queda da participação do Mercosul nas exportações realizadas pelo estado. Caracterizou-se, ainda, por uma acentuada queda, também, no crescimento econômico, quando comparado ao crescimento da economia nacional, sendo tal fato creditado aos constrangimentos por que passou a economia nacional após os ajustes econômicos ao Plano Real, realizados pelo governo, àquele período.

No tocante ao relacionamento comercial com o exterior, o estado do Rio Grande do Sul obteve uma taxa de crescimento das exportações globais correspondente a menos da metade da taxa nacional, caracterizando, portanto, uma perda de participação no total exportado pelo país em relação ao ano anterior. Sendo que a principal marca do intercâmbio comercial entre o estado e o Mercosul, no ano em análise, foi de um considerável aumento das importações de produtos originários destes países para o estado, aliada a uma acentuada queda no desempenho da venda externa, principalmente para a Argentina, tradicional parceira.

Verificou-se uma queda de participação do Mercosul nas exportações tanto gaúchas quanto nacionais, sendo esta queda mais acentuada no estado do Rio Grande do Sul. O mesmo possui uma estrutura de produção competitiva em relação aos países integrantes do Mercosul, principalmente Argentina e Uruguai. Porém, tornou-se menos eficiente, nas trocas comerciais, devido a pauta de exportações basear-se no setor agropecuário, onde, justamente, tais países são mais competitivos.

A perda de competitividade dos produtos gaúchos no exterior é, também, decorrente da política de comércio internacional adotada pelo país, tais como o câmbio valorizado e os altos juros, que contribuíram para o aumento dos custos de produção de alguns setores ligados a exportação (calçados e produtos agrícolas), assim como de fatores internos como a deficiência de infra-estrutura do estado e a falta de modernidade dos seguimentos ligados à exportação.

No que tange às iniciativas políticas importantes à viabilização do Mercosul observou-se a preponderância de assinaturas de acordos, contratos e discussões visando à implantação de necessários projetos que, concluiu-se, não terão

condições de viabilização em curto prazo, apesar da vontade política dos governos envolvidos. Isto decorre, principalmente, da subserviência pública aos recursos do Governo Federal e da fraqueza da economia regional em promover o desenvolvimento econômico.

As regiões fronteiriças, contextualizadas em um âmbito de desenvolvimento econômico, foram relegadas ao descaso, sofrendo, hoje, infundáveis carências econômicas. Tornam-se evidentes os entraves ao intercâmbio econômico e cultural nessas regiões, ligados diretamente ao monopólio de decisões, realizado pelo governo federal. Necessita-se alterar as relações entre os estados e a União, dando-se maior autonomia a estes para negociar os assuntos relativos ao Mercosul, implementando, desta forma, mais rapidamente os acordos regionais.

Concluí-se, daí, que embora a região sudeste brasileira detenha hoje o processo de industrialização nacional, o estado do Rio Grande do Sul impõe-se, enquanto região, frente aos países platinos, pela sua privilegiada posição geográfica, pela existência das mesmas experiências históricas, mesmos interesses econômicos e pela identidade de formação do tipo humano, enfim, pelas condições subjacentes, fatos que tornam possível uma integração mais verdadeira, levando-o a afirmar sua presença frente a esse processo.

Conclui-se que, quanto aos aspectos comerciais, as dificuldades encontradas no relacionamento entre o estado do Rio Grande do Sul e os demais países do Mercosul, no ano de 1995, não foram as que ocorrem normalmente durante o percurso de um processo integracionista, mas sim oriundas da ocorrência do estacionamento do processo de desenvolvimento econômico do país, bem como pelo decréscimo da economia do estado, ocorrido a partir da implantação da política de estabilização econômica, pelo Governo Federal.

Mas, para a viabilização de uma integração comercial positiva, em nossa região, torna-se importante a necessidade de colocação do setor público no centro de um processo de transformação, através do estímulo à proposição de políticas públicas estaduais, objetivando o retorno de um ritmo de desenvolvimento econômico ao estado, no mínimo igual àquele que ocorre a nível nacional.

Por fim, o caminho, hoje, é o da mobilização assim como também o da consciência de que os benefícios que advém de um processo integracionista surgem em longo prazo e através do estabelecimento e do fortalecimento da confiança entre os parceiros.

O presente estudo não foi conclusivo sobre o tema, posto que a dinâmica do mesmo o torna vasto e mutante. Ao contrário, pode-se, através deste, iniciar novas pesquisas e descobertas, como por exemplo, uma abordagem sobre as Zonas de Fronteira, que há muito tempo já praticam uma integração informal, desde quando estas foram estabelecidas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ubirajara. Um programa para atender à população da fronteira. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A-72, 1 out. 1995.
- ASSEF, Marlova. Integração Salva as Exportações. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 23, 26 mar. 1996.
- BAER, Werner. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.
- BANDEIRA, Moniz. **O Expansionismo brasileiro; o Papel do Brasil na Bacia do Prata: da Colonização ao Império**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.
- BELLO, Terezinha Silva. O Relacionamento do Rio Grande do Sul com o Exterior. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE, v. 24, n. 1, p. 107 —140, abr. 1996.
- BIEDERMANN, Anton K. ; AZEVEDO, André. Conjuntura econômica e os efeitos sobre o desempenho do comércio gaúcho em 1995. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE, v. 21, n. 1, p. 51-59, abr. 1996.
- BUENO, Sergio. Oportunidades de Investimento. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 24 ago. 1995, p. 4.
- CALANDRO, Maria Lucrecia. Desempenho no ano de 1995. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE, v. 24, n. 1, p. 37-52, abr. 1996.
- CARRION JR., Francisco M. **RS: política econômica e alternativas**, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- CÉSAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul — período colonial**. Porto Alegre: Globo, 1980.
- _____. **O Contrabando no Sul do Brasil**. Caxias do Sul/Porto Alegre, Universidade de Caxias do Sul/EST, 1978.
- FERREIRA FILHO, Arthur. **História Geral do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1978.
- GOULART, Sallis. **A Formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.
- GREMAUD, Amaury P; VASCONCELLOS, Marco Antonio; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Economia Brasileira contemporânea**. 4ª Ed., São Paulo: Atlas, 2002.
- LOVE, Joseph L.. **O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1965.

MALFATTI, Selvino Antonio. **Chimangos e Maragatos no governo de Borges de Medeiros**. Porto Alegre: Pallotti, 1988.

NIQUE, Walter. O Mercosul e a fronteira. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 36, 18 mar. 1996.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

REVISTA INDICADORES ECONÔMICOS FEE. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, v. 24, n. 1, abr. 1996.

TACHINARDI, Maria Helena. A noiva que não duvida de suas virtudes. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. 9, 15 dez 1995.

_____. Exportações aumentaram 6,8% em 95. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A-4, 5/7 Jan. 1996.